

**INSERÇÃO
PROFISSIONAL
DOS** **JOVENS
DE BRAGA**

EDUARDO DUQUE
CÍCERO PEREIRA
JF DURÂN VÁZQUEZ



Eduardo Duque é Professor da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Católica Portuguesa e membro integrado do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. Fez doutoramento em Sociologia no departamento de Metodologia de Investigação em Sociologia, Comunicação e Cultura, da Universidade Complutense de Madrid. As áreas de investigação e atuação têm incidido sobre 1) análise do impacto do desenvolvimento social nos valores contemporâneos, particularmente, nos valores religiosos; 2) adequação de diferentes metodologias na análise das tendências socioculturais e 3) análise do tempo social.

Cícero Roberto Pereira é psicólogo e mestre em psicologia social pela Universidade Federal da Paraíba. Doutorou-se em Psicologia Social Experimental pelo Instituto Universitário de Lisboa e realizou estudos pós-doutorais no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Actualmente é professor de Psicologia Social na Universidade Federal da Paraíba. Os seus interesses de pesquisa envolvem o estudo dos processos de legitimação das desigualdades sociais em sociedades democráticas. Noutra linha de pesquisa estuda a aplicação de técnicas estatísticas à teoria da medida e ao teste de modelos teóricos em Ciências Sociais, recorrendo ao método experimental e a estudos transnacionais e longitudinais.

JF Durán Vázquez es profesor de Sociología de la Universidad de Vigo y Profesor Tutor en la Universidad Nacional de Educación a Distancia. Es Doctor y licenciado en Sociología; Licenciado en CC. Políticas y en Geografía e Historia. Sus áreas de investigación son 1) los discursos y las nuevas formas de integración en el mundo del trabajo, del consumo y de la educación 2) La Teoría Social del trabajo, del consumo y de la educación 3) Las culturas y las identidades juveniles 4) Temporalidades, legitimación e identidades.

**INSERÇÃO
PROFISSIONAL
DOS** **JOVENS
DE BRAGA**

EDUARDO DUQUE
CÍCERO PEREIRA
JF DURÂN VÁZQUEZ

2017

Ficha técnica

Título	Inserção profissional dos jovens de Braga
Autores	Eduardo Duque - <i>Universidade Católica Portuguesa</i> Cícero Roberto Pereira - <i>Universidade Federal da Paraíba</i> Jose Francisco Durán Vázquez - <i>Universidade de Vigo</i>
Editor	Universidade Católica Portuguesa - Braga
Execução gráfica	Gráfica do Diário do Minho
ISBN	978-972-8090-19-7
Depósito legal	432457/17

Braga 2017

1. Índice

Índice

1. INTRODUÇÃO	5
2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO	7
3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	10
1. A transformação da sociedade de trabalho.....	10
2. As transformações ocorridas no mundo da educação	15
3. O surgimento da sociedade de consumo e o novo ethos juvenil.....	18
4. Juventude e educação. De aspirar a simplesmente estar	22
5. Da cultura do trabalho às culturas do trabalho	24
6. O consumo e as atividades em tempos livres. Modos de ser e expressar a juventude	27
7. A temporalidade dos jovens.....	28
8. Juventude e Trabalho em Perspetiva	30
4. TRABALHO, ESCOLARIZAÇÃO E INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS JOVENS BRACARENSES: ASPECTOS METODOLÓGICOS	32
4.1. O Inquérito.....	33
4.2. Especificação da população-alvo e definição da amostra	34
4.3. Recolha de dados	36
5. ANÁLISE DOS INDICADORES DE INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS JOVENS DE BRAGA	37
5.1. Características do trabalho.....	37
5.1.1. <i>Situação perante o trabalho</i>	37
5.1.2. <i>Regime de trabalho atual</i>	40
5.1.3. <i>Tipo de trabalho</i>	42
5.1.4. <i>Condições do contrato de trabalho</i>	44
5.1.5. <i>Tipo de empresa</i>	46
5.1.6. <i>Tempo no trabalho atual</i>	48
5.1.7. <i>Rendimentos auferidos</i>	51
5.1.8. <i>Satisfação com o trabalho e com os rendimentos auferidos</i>	54
5.1.9. <i>Motivação para mudar de trabalho e de atividade profissional</i>	56

5.2 O papel da formação	57
5.2.1. <i>Adequação da formação escolar dos jovens</i>	57
5.2.2. <i>Importância da formação escolar</i>	59
5.2.3. <i>Impacto da escolarização na inserção profissional objetiva</i>	60
5.2.4. <i>Impacto da situação sociodemográfica na inserção profissional objetiva</i>	61
6. NOTAS CONCLUSIVAS SOBRE A INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS JOVENS DE BRAGA	64
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69
ANEXO	78

2. Índice de Quadros

Quadro 1. Características dos inquiridos (%).....	36
Quadro 2. Situação perante o trabalho (%).....	38
Quadro 3. Regime de trabalho atual (%).....	41
Quadro 4. Tipo de trabalho (%)	43
Quadro 5. Condições do contrato de trabalho (%).....	45
Quadro 6. Tipo de empresa (%)	47
Quadro 7. Inserção profissional objetiva, segundo o sexo, estado civil e nº de filhos	63

3. Índice de Gráficos

Gráfico 1. Situação perante o trabalho, segundo o escalão etário (%)	39
Gráfico 2. Situação perante o trabalho, segundo o nível de escolaridade (%)	40
Gráfico 3. Regime de trabalho, segundo o escalão etário (%).....	41
Gráfico 4. Regime de trabalho, segundo o nível de escolaridade (%)	42
Gráfico 5. Tipo de trabalho, segundo o escalão etário (%)	43
Gráfico 6. Tipo de trabalho, segundo o nível de escolaridade (%).....	44
Gráfico 7. Condições do contrato de trabalho, segundo o escalão etário	45

Gráfico 8. Condições do contrato de trabalho, segundo o nível de escolaridade (%).....	46
Gráfico 9. Tipo de empresa, segundo o escalão etário (%).....	47
Gráfico 10. Tipo de empresa, segundo o nível de escolaridade (%)...	48
Gráfico 11. Há quanto tempo está no trabalho atual? (%).....	49
Gráfico 12. Há quanto tempo está no trabalho atual, segundo o escalão etário (%)	50
Gráfico 13. Há quanto tempo está no trabalho atual, segundo nível de escolaridade (%)	51
Gráfico 14. Categoria que melhor representa os rendimentos auferidos pelos inquiridos (%).....	52
Gráfico 15. Rendimentos auferidos, segundo o escalão etário (%)...	53
Gráfico 16. Rendimentos auferidos, segundo nível de escolaridade (%)	54
Gráfico 17. Médias da satisfação com o trabalho e com o rendimento obtido (%)	55
Gráfico 18. Médias da motivação para mudar de trabalho e de atividade profissional	57
Gráfico 19. Médias da percepção de adequação da formação escolar em função da situação perante o trabalho.....	58
Gráfico 20. Médias da percepção da importância da formação escolar em função da situação perante o trabalho	59
Gráfico 21. Importância da formação escolar, segundo o nível de escolaridade	60
Gráfico 22. Médias da percepção da inserção profissional em função da situação perante o trabalho	61

1. Introdução

Braga 2012: Capital Europeia da Juventude definiu como uma das suas prioridades a necessidade de se encontrar respostas imediatas para várias questões, particularmente, a empregabilidade dos jovens, a promoção do empreendedorismo, o investimento na cultura de inovação, a criação de estratégias de suporte e a capacitação dos jovens e das organizações juvenis, tendo em conta os novos desafios globais.

Neste sentido, e na continuação do desenvolvimento de esforços suscitados pela definição e aprovação pelos municípios de Braga de uma estratégia de desenvolvimento juvenil, surge a necessidade de se fundamentar estes esforços comuns com indicadores e estudos que reflitam e sustentem as políticas a definir e desenvolver.

A necessidade de um levantamento rigoroso que integrasse dados socioculturais, socioeconómicos de base demográfica, indicadores educativos e informações sobre a empregabilidade apresenta-se como uma necessidade real para definição de políticas de desenvolvimento juvenil.

Posto isto, e de forma a colmatar uma lacuna científica sobre os jovens bracarenses, a Capital Europeia da Juventude entendeu levar a cabo um estudo que analisasse

a empregabilidade dos jovens da região de Braga. De uma forma mais específica, analisaram-se os seguintes aspetos:

- as condições nas quais o trabalho é executado;
- os níveis de rendimento obtido do trabalho;
- a satisfação com o trabalho e com os rendimentos obtidos;
- as motivações dos jovens para mudar de trabalho e de profissão;
- a perceção dos jovens sobre a adequação da formação escolar que obtiveram para atingirem os objetivos exigidos pelo mercado de trabalho;
- a importância percebida da educação na formação para a vida;
- a importância da educação para obter um bom trabalho e para ter bons rendimentos;
- o impacto da escolarização nos padrões de empregabilidade, especialmente na inserção profissional objetiva dos jovens.

Respondemos a estas questões por meio da realização de um estudo junto a uma amostra de 644 jovens residentes no município de Braga. O estudo foi realizado entre Novembro e Dezembro de 2012. Este livro apresenta os resultados obtidos, contextualizando-os na dinâmica da transformação das relações de trabalho nas sociedades contemporâneas, tentando identificar o papel desempenhado pela escolarização nas diversas manifestações da inserção profissional dos jovens estudados.

2. Enquadramento Histórico

As sociedades ocidentais têm considerado, pelo menos nas últimas décadas, a juventude como um elemento motriz e dinamizador do processo de transformação social. É, por isso, vista pela sociedade como a impulsionadora da história, agente de reforma, de motivação, de esperança e, até mesmo, em alguns casos, como “sujeito revolucionário” (Roszak, 2005). O certo é que os jovens, nos anos sessenta e setenta, determinaram uma importante função no desenvolvimento da modernização das estruturas sociais e, rompendo com as estruturas normativas dominantes em busca de outros espaços e canais alternativos, assumiram novos valores, novas condutas, marcando novos rumos e abrindo novas perspectivas. A *geração jovem* surge, nesta época, como mentora de importantes convulsões sociais. Exemplo disso é, já na década de cinquenta, a chamada *geração Beat*, formada por jovens intelectuais que contestavam a falta de pensamento crítico e o exagerado consumismo; na década de sessenta e posteriormente a ela, surgem vários movimentos, estilos e comportamentos que modificaram inexoravelmente o modo de vida. Destacam-se o Movimento pelos Direitos Civis; a proliferação de vários gêneros musicais, como o

iniciado com Elvis Presley; os inumeráveis protestos de rua, como o movimento estudantil de Maio de 68 ou a Primavera de Praga. Enfim, a juventude pode ser conceituada como um ***sujeito histórico com definições identitárias claras*** e não reduzida, como muitas vezes o foi, a um agregado populacional (Feixa, 2006).

Por esta função fortemente revigoradora e transformante da identidade social, a juventude constituiu-se como um objeto de estudo, nomeadamente para a sociologia empírica (Urraco Solanilla, 2007). Daí a proliferação de vários estudos sociológicos que têm a juventude como objeto de investigação, os quais nos proporcionam um conhecimento mais aprofundado das metamorfoses e das ***novas estruturas de sentido*** (Moya, 1983; Willis, 1988 & 1990; Martin Criado, 1998; Lasén, 2000; Pais, 2003 & 2009; Maffessoli, 2004; Savage, 2007; Pappámikail, 2005 & 2011; Frank, 2011; Zárrega, 2015) que se vêm desvelando na faixa etária juvenil e que nós, no decorrer deste estudo, nos propomos analisar, principalmente a relação entre o impacto da escolarização nos padrões de empregabilidade e o rendimento obtido do trabalho nos jovens de Braga.

Já percebemos que a juventude depende do seu contexto e o contexto em que vivemos está a exigir respostas às novas demandas características de mudanças nas formas de produção económico-culturais (Inglehart, 1990; Morduchowicz, 2004; Feixa, 2014), o que representa um desafio especialmente para os jovens, já que uma grande parte deles, depois de terminada a sua carreira académi-

ca, preparados para transferir conhecimento e acrescentar valor à sociedade, não encontra lugar para trabalhar, quando muito no trabalho precário, situação que os pode levar a um grande desgaste interior e a uma desorientação e instabilidade a todos os níveis, tendo mesmo, em alguns casos, que emigrar, para sobreviver.

Sem um emprego certo e sem estabilidade económica, os jovens permanecem na casa paterna até mais tarde, protelando a decisão de constituir família. E, assim, a dimensão familiar vai perdendo importância face a outras dimensões, verificando-se automatização e individualização das relações sociais.

Estas dificuldades de vida não são alheias aos jovens de Braga, já que também aí, entre eles, existe uma elevada taxa de desemprego, falta de trabalho e trabalho precário, sendo que a interação destes fatores, e de muitos outros, dificultam a obtenção de um emprego que marque a estabilidade das suas vidas. Este é um cenário desafiador que os responsáveis juvenis enfrentam ao ter que decidir sobre a definição de políticas de desenvolvimento juvenil, legado que ficará para a população juvenil europeia e, em particular, para os jovens de Braga.

O presente estudo divide-se em duas partes. Na primeira propomo-nos analisar as grandes mudanças ocorridas no mundo do trabalho, da educação e do consumo nas últimas décadas. Mudanças estas que incidiram no modo como os jovens estão a construir as suas biografias pessoais. Discutiremos, portanto, como se transformaram as

atitudes e os valores dos jovens em relação às mudanças produzidas no mundo laboral, educativo e de consumo e como estas transformações alteraram também a percepção dos jovens acerca do futuro.

A segunda parte do texto será consagrada ao estudo específico da juventude de Braga. Com a Capital Europeia da Juventude em Braga, surgiu um novo fôlego para se conhecer, investigar e estudar com maior profundidade a juventude, perceber o seu percurso escolar e que relação é que este tem com o emprego, bem como o rendimento dele auferido.

Será este o percurso que agora nos propomos percorrer.

3. Enquadramento Teórico

1. A transformação da sociedade de trabalho

As sociedades ocidentais experimentaram uma profunda transformação dos seus mercados laborais e produtivos, a partir de meados dos anos 70, do passado século.

Se até a esse momento o crescimento económico e a estabilidade laboral tinham sido uma constante, pelo menos desde os anos 50, a partir de então, a diminuição da produtividade, o crescimento do desemprego e a precariedade laboral vão ser a tônica dominante. Assim, a maioria dos Estados da área da OCDE experimentaram retrocessos nos seus índices de produtividade entre os anos setenta e oitenta (OCDE, 1997: 29; La Puente & Ortiz, 2000: 99).

O desemprego e a precarização laboral indicavam que estávamos perante um desgaste do modelo produtivo que tinha imperado no mundo ocidental durante os 30 anos compreendidos entre o final da II Guerra Mundial e a metade dos anos 70. Um modelo articulado em torno da empresa fordista produtora de grandes séries de objetivos destinados a uns mercados de massas que se

desenvolveram com o crescimento da classe média e que possibilitaram a emergência e a consolidação da sociedade de consumo, inicialmente nos Estados Unidos, nos anos 30, e, mais tarde, na Europa Ocidental, a partir da década de 50.

Este sistema começou a esgotar-se em finais dos anos sessenta, quando a produção em massa já não podia ser absorvida por uma população repleta de bens de consumo perduráveis (Piore & Sabel, 1990: 263-264). Tudo isto, produziu uma contração da procura, o que gerou uma grande incerteza nos mercados dos países industrializados. Mercados que, neste contexto, optaram por flexibilizar a produção para a ajustar à nova procura (Castells, 2000: 204-205).

A nova estratégia consistia em fabricar produtos mais singulares e diversos para servir como substitutivos da satisfação de necessidades ligadas com a motivação para autorrealização (Inglehart, 1977). Para tanto, havia que criar novas estruturas empresariais que produzissem produtos mais individualizados e variados, de maior qualidade e que resultassem, por tanto, mais atrativos para os consumidores (Piore & Sabel, 1990: 273-274).

Para alcançar este objetivo, as organizações empresariais desenvolveram esforços para incrementar a tecnologia, com o fim de reduzir custos e aumentar, assim, a sua cota de mercado. Deste modo, pretendia-se redefinir constantemente os produtos de forma a lançá-los para o mercado com o selo de qualidade e novidade para representarem a satisfação de necessidades mais indi-

vidualizantes, como o sentimento de inclusão social e de autorrealização.

Com este propósito, redefiniram-se as empresas, criando-se estruturas mais horizontais e flexíveis. Tratava-se de ajustar, com frequência, a produção à procura (seguindo o sistema *just-in-time*). Para isso, o sistema de produção em cadeia, com estruturas rígidas e verticais, típicas do fordismo, não se figurava adequado, já que estava profundamente disfuncional. O novo sistema pedia ao trabalhador que fosse polivalente e que revelasse disposição para mudar várias vezes de posto de trabalho quando assim o requeria a empresa (Castells, 2000: 207; Gorz, 2000: 29).

Esta nova situação implicou numerosas alterações no mercado de trabalho. Na maioria dos países da OCDE, entre os anos 80 e os inícios dos anos 90, aumentou o trabalho a tempo parcial e o desemprego (Beck, 2000: 67; Miguélez, 1999 e 2003; OCDE, 1997, Parte I: 27-41). Deste modo, o modelo laboral fordista - caracterizado por um "contínuo que discorria entre a incorporação, relativamente cedo, no trabalho corrente e uma aposentação, relativamente tardia da vida ativa, numa trajetória levemente ascendente dentro da mesma empresa ou com pequenas alterações entre categorias muito homogêneas" (Alonso, 2001: 75) - foi substituído por outro mais instável, inconstante e inseguro.

A esta nova realidade não escaparam mesmo aquelas pessoas que podiam mostrar credenciais educativas. Degradou-se, assim, o valor mercantil das qualificações

académicas, em virtude da sua relação cada vez mais débil com o mundo do trabalho. Dito isto com mais precisão, poder-se-ia referir que ainda que os títulos académicos se exigissem cada vez mais para entrar no mercado do trabalho, esta condição já não era suficiente para se conseguir um emprego. E quando se conseguia assumir uma características inferiores à qualificação académica requerida para se aceder ao mesmo. Em suma, as qualificações académicas não possibilitam aos jovens construir percursos laborais estáveis e com expetativas de futuro.

As sociedades de trabalho atuais não permitem, por tanto, tal como tinha ocorrido nos 30 anos, mas também no período que transcorreu entre o final da II Guerra Mundial e os finais dos anos 70, construir identidades pessoais relativamente às expetativas de estabilidade e mobilidade social (Duque, 2017: 222).

E, no entanto, o trabalho continua a ser para estas sociedades uma das dimensões fundamentais da integração social (Durán, 2011: 316 e ss). Assim, o desafio que se colocava era saber como seria possível alcançar, neste contexto, os dois objetivos fundamentais que se tinham imposto nas sociedades do trabalho, a saber, a acumulação, o crescimento contínuo da produtividade, por um lado; e a integração da população no mundo do trabalho, por outro, quando estes dois objetivos se revelam cada vez mais contraditórios (Méda, 1999: 128).

Na etapa anterior, que culminou a meados dos anos 70, o crescimento económico e a integração social através do emprego potenciavam-se mutuamente, atuando

o Estado – a que chamávamos Estado do Bem-estar – como garantia e impulsionador destas duas realidades. Mas, a partir desse momento, quando o aumento da produtividade deixou de contribuir para o crescimento do emprego, as sociedades pós-modernas tiveram que recorrer a outras formas de legitimação, porque o emprego, tal como referia Jacques Délors, antigo presidente da União Europeia, continua a ser fundamental para o processo de socialização e reprodução das sociedades” (Comisión Europea, 1999: 8).

Deste modo, se por um lado, tal como afirmam alguns dos mais reconhecidos organismos internacionais desde algumas décadas até então, continua a ser necessário “facilitar a todos o acesso ao emprego”, por outro, é também imprescindível “aumentar a eficiência e a flexibilidade do mundo do mercado de trabalho” (OCDE, 1997, Parte II: 117-118). Como conjugar, então, ambas as exigências?

Por uma parte, outorgando maior protagonismo aos organizadores empresariais, tal como ocorreu em muitas das sociedades mais industrializadas, a partir de meados dos anos 80 (Boltanski & Chiapello, 2002; Le Goff, 1999 e 2000). Assim o entendiam os ministros da União Europeia reunidos em Cardiff em 1998. Desenvolver o “espírito de empresa” – afirmavam – era uma das melhores estratégias para lutar contra o desemprego (Comisión Europea, 1999: 92).

Neste contexto, os intelectuais vinculados à nova ética do trabalho, consideraram a empresa como o núcleo

de um percurso laboral mais adaptado aos imperativos das novas condições de acumulação. Por um lado, continuavam a destacar a importância do trabalho, mas sem que ele fosse incompatível com o aumento constante da produtividade (Durán, 2011: 321 e ss; 2006). Conscientes das dificuldades que este novo desafio suscitava, um destes intelectuais, vinculados ao discurso do novo *management*, escrevia:

“As nossas empresas estão divididas entre dois imperativos complexos e, aparentemente, contrários: por um lado, está a necessidade crescente, e com frequência vital, de aumentar a produtividade para ser mais competitivo e de aí a conveniência de introduzir na empresa os progressos tecnológicos redutores de emprego. Por outro lado, está a exigência social do pleno emprego!” (Archier & Sérieyx, 1984: 18-19).

Como esta última exigência era incompatível com o novo modelo produtivo pós-fordista, gerador de precariedade e de desemprego, o imperativo que se impõe aos autores do *management* é re-encantar o trabalho. Como referiu André Gorz: “jamais a função ‘insubstituível’, ‘indispensável’ do trabalho como fonte de ‘laço social’, de ‘coesão social’, de ‘interação’, de ‘socialização’, de ‘identidade pessoal’, de ‘sentido’, foi invocada tão obsessivamente a partir do momento que deixou de poder cumprir essas funções (2000: 67).

A este desiderato se aplicarão precisamente os autores do *management*, conferindo ao trabalho uma serie de atributos relacionados com a criatividade, a inovação e o serviço ao cliente (Durán, 2011: 321 e ss; 2006).

“Com as velhas ferramentas motivacionais em desuso – escreve um deles – é fundamental que a agente creia na importância do trabalho, sobretudo, quando desapareceram outras certezas e garantias... O orgulho costuma motivar mais do que a hierarquização tradicional ou o sistema de ascensão. Os profissionais técnicos, por exemplo, encontram uma grande motivação em ver que o seu labor contribui para um produto final excelente” (Moss Kanter, 1999: 70-71).

O Estado, por sua vez, também já não pode legitimar a relação salarial da mesma forma que o fazia na época fordista, quando o crescimento económico era compatível com a estabilidade e o pleno emprego. Algumas instâncias públicas assumiram de forma determinante, desde há várias décadas, esta questão. “a proteção social na sua forma exclusiva de transferências de rendimentos, perpetuada durante um período prolongado – refere a OCDE – corre o risco de desalentar o retorno à vida ativa e, por conseguinte, de obstaculizar o ajuste do mercado de trabalho” (OCDE, 1991: 169).

Conscientes desta nova realidade, os estados da maioria dos países industrializados desenvolvidos optaram por aumentar os requisitos necessários para desfrutar do seguro do desemprego (Chassard & Bosco, 1998).

Paralelamente a estas medidas, os referidos estados promoveram, mesmo assim, as denominadas políticas ativas do emprego. Quer dizer, uma série de intervenções públicas destinadas a favorecer a flexibilidade do mercado de trabalho e a autonomia dos trabalhadores (Martín, *et al*, 2014: 60 e ss).

A partir desta perspectiva, procurava-se não só uma maior adaptação dos trabalhadores às circunstâncias de um mercado de trabalho tremendamente instável e incerto, como também a sua participação ativa na sua formação e qualificação. Uma qualificação que já não se limita à mera posse de determinados diplomas, uma vez que as empresas exigem cada vez mais aos indivíduos provar as suas atitudes e habilidades pessoais, enquadradas no novo conceito de competência, para que assim possam ser empregáveis.

Esta nova formulação começou já a ser visível nos inícios da última década do passado século. Com efeito, num documento da OCDE dessa época, advertia-se que a “reprimenda essencial que se faz ao ensino é que as instituições académicas dispensam cada vez menos conhecimentos e qualificações necessárias para quando os alunos comecem a trabalhar”. Por isso, referia-se, era necessário desenvolver “certas disposições, atitudes e competências do indivíduo”, tais como a “criatividade, iniciativa, atitude para a resolução de problemas, flexibilidade, capacidade de adaptação, responsabilidade, atitudes de aprendizagem e reciclagem”, imprescindíveis para um momento de “mudança imprevisível e sem precedentes” (OCDE, 1992: 9-10, 30).

Em suma, tanto as instituições públicas como as organizações empresariais favorecem umas relações laborais cada vez mais flexíveis, precárias e inseguras, em correspondência com o que procuram os mercados pós-fordistas.

Os mais prejudicados por esta situação têm sido, sem dúvida, os mais jovens. Eles são os que mais claramente comprovam como as suas condições laborais e os seus títulos académicos raramente se traduzem em oportunidades vitais.

Tudo isto acontece num contexto em que a juventude apenas conta com outras alternativas de vida, que não sejam as do consumo, para preencher o vazio que deixa a falta de oportunidades educativas e laborais. Como escreveu Hannah Arendt, em meados do século passado: “confrontamo-nos com a perspetiva de uma sociedade de trabalhadores sem trabalho, quer dizer, sem a única atividade que lhes resta. Está claro que nada poderia ser pior” (Arendt, 1998: 17).

Os jovens transitam assim, um tanto erráticos e inseguros, pelos precários mundos da vida do trabalho, da educação e do consumo, que conformam a identidade juvenil atual.

Se o mundo do trabalho não permite que os jovens atuais construam biografias estáveis, tal como referimos anteriormente, a esfera educativa, outro dos principais universos da sua integração, tão pouco lhes possibilita criar expectativas estáveis de uma vida projetada para o futuro, tal como se verá na epígrafe seguinte.

2. As transformações ocorridas no mundo da educação

A escola nasceu no âmbito da sociedade industrial como um espaço hierárquico e disciplinário, em consonância com os requerimentos da esfera laboral (Pollard, 1987: 257 e ss).

A partir da segunda metade do século XIX, os sistemas educativos assim considerados foram-se impondo gradualmente na Europa e América (Bowen, III 1985: 554 e ss; Varela, 1991: 175 e ss; Fernández Enguita, 1990: 136; Luzuriaga, 1994).

Não obstante, o seu desenvolvimento como sistema de massas não terá lugar até depois do termino da II Guerra Mundial (Prats & Reventós, 2005: 230), quando os estados impulsionaram a educação como um agente de crescimento económico (Ortega, 1993: 89), de acordo com as teorias do capital humano, muito em voga nesse momento (Rodríguez, 1988). Este desenvolvimento deveu-se também ao facto de se compreender a educação como o meio para legitimar a distribuição de posições sociais em relação ao mundo do trabalho.

Esta mentalidade foi amplamente partilhada até aos anos 70, especialmente pelos setores liberais, mas também por muitos progressistas. Por exemplo:

“Por minha parte – escreveu o sociólogo T.H Marshall em meados do século passado, fazendo-se eco deste sentimento generalizado – não encontro rastros da relação dos vínculos que unem a educação à ocupação. Pelo contrário, parece que se estreitam cada vez

mais, porque aumenta o respeito pelos certificados, diplomas e licenciaturas na medida em que servem como qualificações para um posto de trabalho, e não parece que a tendência diminua com o passar do tempo” (Marshall, 1998: 66).

No período de quase três décadas que transcorreu entre o final da II Guerra Mundial e finais dos anos 70, esta opinião encontrava-se confirmada por factos, já que existia uma direta relação entre o sistema educativo e o mundo laboral. Com efeito, os graduados desta época com determinados títulos académicos acabavam mais cedo ou mais tarde por encontrar algum posto laboral adequado aos seus títulos (Laval, 2004: 51).

O contraponto a todo este sistema de promoção do discurso do valor do mérito assim concebido era a formação escolar fragmentada numa estrutura académico-disciplinar (Foucault, 1999), que devia de ser respeitada e aceite por todos aqueles que tinham aspirações académicas.

Para os que não as tinham, restavam outras aspirações vinculadas ao mundo laboral que levavam, mesmo assim, a submissão a determinadas autoridades e hierarquias (Willis, 1988).

Neste contexto, o trabalho e a educação funcionavam como dois universos que integravam e legitimavam as aspirações da juventude dos distintos estratos sociais.

Com a emergência e a consolidação da sociedade de consumo na Europa ocidental a partir dos anos 60, estas aspirações vincularam-se também, cada vez mais, ao

mundo do consumo, criando uma nova identidade juvenil muito mais individualista e hedonista.

A partir de meados dos anos 70, as alterações produzidas no mundo do trabalho, que levaram à precarização e ao desemprego de um grande número de jovens, inclusive àqueles que dispunham de títulos académicos, alterou a sua atitude perante os estudos.

Ainda que as credenciais educativas continuem a ser valorizadas como um requisito imprescindível para o êxito profissional, este requisito considera-se cada vez menos suficiente (Monteiro, 2017; Jurado & Echaves, 2016; Beck, 2006: 241 e ss; Miguélez & Prieto, 1999: 188), já que se exige outra série de condições de caráter atitudinal e motivacional. De uma forma metafórica, poder-se-ia dizer que os títulos já não são a estação final de viagem, mas sim uma de tantas paragens intermédias pelas quais não se pode deixar de se transitar, com o perigo, se não o fizer, de não se poder chegar a bom porto.

Neste novo cenário, os valores associados ao trabalho e à educação vão-se tornando cada vez mais instrumentais (Durán & Duque, 2017). Com efeito, até então, os jovens que se vinculavam à cultura escolar faziam-no por um afã meritocrático e os que a rejeitavam tinham a pretensão de se integrar no mundo laboral (Willis, 1988). Neste novo contexto, a educação e o trabalho irão perdendo progressivamente o valor meritocrático que antes tinham, à medida que se vão consolidando os valores associados ao consumo (Conde, 1999; Cabral et al, 2000; Andrade, Tolfo e Dellagnelo, 2012).

O consumo, com efeito, irá converter-se numa das culturas dominantes entre os jovens. Mas esta cultura não tinha emergido espontaneamente. Tal como veremos de seguida, seria fruto de um longo processo, cujos primeiros sinais eram possíveis observar já em finais do século XIX.

3. O surgimento da sociedade de consumo e o novo ethos juvenil

A cultura do consumo emergiu gradualmente no mundo ocidental a partir de finais do século XIX vinculada aos estratos mais favorecidos da burguesia. Esta nova cultura irá ser associada a uma série de atitudes e valores que, mais tarde, já durante o século XX, se irão estender às demais classes sociais, dando lugar às modernas sociedades de consumo. Sociedades que farão da juventude um dos símbolos por antonomásia dos novos tempos.

Mas estes novos tempos, tal como já se referiu anteriormente, foram antecipados, em finais do século XIX, por membros afortunados da burguesia. Com efeito, nesse momento, era possível observar, tanto nos Estados Unidos da América como na Europa Ocidental, em paralelo com o desenvolvimento da sociedade industrial, a emergência de novas atitudes e comportamentos à volta do consumo protagonizados por distintos setores da nova burguesia enriquecida em atividades mercantis, industriais e financeiras. Os integrantes desta nova classe

social irão conformar a sua particular identidade através do acesso a um novo tipo de consumo.

Relativamente ao Norte da América, foi Thorstein Veblen (1857-1929) quem, em finais do século XIX, estudou mais profundamente o consumo desta nova classe burguesa. Uma classe que visava conformar um particular e singular estilo de vida, recorreu ao consumo, imitando assim o estilo de vida das velhas aristocracias europeias. Veblen (2004) apelidou o popular termo de consumo ostensível para se referir ao tipo de consumo dos membros desta nova burguesia. Em consonância com este novo ethos, a riqueza tinha que ser exibida, enquanto que, pelo contrário, havia que se apagar todo o sinal de trabalho produtivo. “Abster-se de trabalhar – escreveu Veblen – é a prova convencional de que se é rico e, por tanto, o sinal convencional de que se ocupa uma boa posição social; e esta insistência no meritório da riqueza conduz a uma vigorosa insistência na ociosidade” (2004: 65-66).

No mesmo período em que Veblen descrevia, de uma forma pormenorizada, os comportamentos e as atitudes dos setores mais adinheirados da burguesia, tal como podiam ser observados em finais do século XIX em muitas cidades Norte-americanas, Georg Simmel (1858-1918), analisava, com enorme intuição e profundidade, a vida social que estava a germinar em Berlim, cujos sinais revelavam comportamentos e atitudes perante o consumo da nova classe burguesa (Simmel, 2001: 375 e ss). Na sua opinião, a cidade assim conformada não se definia tanto pela sua realidade física como por uma vida social

tão intensa e singular, que conferia ao espaço urbano um aspecto peculiar e distintivo.

Esta vida social tão densa e dominada pela economia de mercado, estava a criar, na opinião de Simmel, um novo tipo de relações humanas cada vez mais individualistas, reservadas e impessoais, mas também mais livres. “Os mesmos fatores – referia Simmel – que coagulam a exatidão e a precisão ao minuto da forma vital numa imagem de elevadíssima impessoalidade, atuam, por outro lado, na direção de uma imagem altamente pessoal” (2001: 382). É precisamente neste contexto que emergirá um novo tipo humano obsessivo por expressar a sua subjetividade através de uma aparência externa múltipla:

“Ali – escreveu Simmel – onde o crescimento quantitativo de significação e energia chega ao seu limite, acude-se à singularidade qualitativa para assim, por estimulação da sensibilidade da diferença, ganhar por si, de algum modo, a consciência do círculo social: o que então conduz finalmente às rarezas mais tendenciosas, às extravagâncias especificamente urbanas do ser-especial, do capricho, do preciosismo, cujo sentido já não reside, de modo algum, nos conteúdos de tais condutas, mas sim, na sua forma de ser-diferente, de se destacar e, deste modo, de fazer-se notar” (Simmel, 2001: 393).

Uma das manifestações mais claras destas atitudes e de estes comportamentos será precisamente o consumo

de moda (Simmel, 1988: 26 e ss). Com efeito, a moda será uma das expressões fundamentais da nova identidade urbana. Uma identidade que tem necessidade de estar a recriar-se continuamente quando se vê ameaçada pelos que querem afirmar-se nos seus mesmos termos, seguindo o mesmo jogo da moda.

Inaugura-se, assim, uma dinâmica em que as classes altas marcam o ritmo ao andamento das demais classes, dando lugar a novas diferenciações de classe, expressadas através da moda (Simmel, 1988: 31). Este contexto faz com que a espiral do consumo seja uma forma de expressar a identidade com um caráter muito mais individualista e autônomo.

Esta nova subjetividade burguesa vinculada ao consumo permanecerá nos estreitos limites desta classe social, enquanto que os membros das demais classes não conseguem sair da sua precária situação de mera subsistência. Situação que começará a alterar nas primeiras décadas do século seguinte, quando a acumulação capitalista teve que contar com o mercado interior para continuar a realizar-se (Alonso, 2005). Nesse momento alterar-se-á a estratégia empresarial para favorecer o consumo. A publicidade irá emergir neste cenário como o principal discurso ideológico ao serviço desta nova estratégia, destinada a criar uma ordem moral que debilitasse o espírito de frugalidade e de poupança vinculado ao capitalismo de produção, substituindo-o por outro mais orientado para o consumo. como referiu um empresário norte-americano, dos anos 30 do século

passado, “a produção em massa requeria a educação das massas” (as cited in Ewen, 1983: 66).

Era preciso, porém, promover uma nova ética do consumo que integrasse a maioria da classe trabalhadora. Isto não acontecerá nos Estados Unidos da América até aos anos 20 e na Europa ocidental até ao final da II Guerra Mundial.

Esta nova ética, amparada e promovida pelo discurso publicitário, dirigir-se-á, em primeiro lugar, aqueles membros da família excluídos do âmbito produtivo; isto é, às mulheres e aos mais jovens (Ewen, 1983). Posteriormente, a partir de finais dos anos 60, também incluirá os homens (Lipovetsky, 1990: 144 e ss).

A ética do consumo, assim conformada, contribuirá à criação de uma nova geração de jovens que, num primeiro momento, incluirá principalmente aos das classes mais acomodadas, mas, posteriormente, com o desenvolvimento da sociedade de consumo, integrará os jovens de quase todas as classes sociais. Assim, em meados dos anos 40, era possível observar a emergência de uma nova categoria de idade com características próprias, a adolescência, reclamada por empresários e publicistas como um novo nicho de consumidores (Savage, 2007).

Na Europa teve que se esperar até ao final da II Guerra Mundial para se assistir ao surgimento do fenómeno juvenil, num contexto social caracterizado pelo crescimento económico, em pleno emprego, e por uma maior capacidade aquisitiva para quase todos os grupos sociais.

Neste cenário, transformar-se-ão os processos de transição juvenis. Com efeito, até aos inícios dos anos 60, a passagem da juventude à idade adulta produzia-se por meio de formas de enquadramento disciplinar, tais como a escolar, o serviço militar, o mundo laboral. A partir deste período, os jovens com mais recursos protelarão a sua entrada no mercado laboral, e, por conseguinte, a sua incorporação no mundo adulto, ao mesmo tempo que criam um novo estilo de vida relacionado com a esfera do consumo (González-Anleo, 2014; Moya, 1984; Pais, 2003, 2005, 2009).

Num primeiro momento, serão os filhos da burguesia (maio de 68) os que levantam a bandeira da juventude frente à geração dos seus pais. Mais tarde, com a melhoria das condições de vida e com a universalização da educação, serão também os filhos das classes médias os que constroem a sua identidade relacionada com o mundo do consumo. Criar-se-á assim um novo universo social juvenil centrado na música, na moda, nas viagens e nas novas formas de se relacionar. À volta deste novo universo, surgirá uma cultura juvenil inovadora e diversa, que terá uma das suas mais importantes manifestações nas distintas tribos urbanas – *hippies, punks, rastas, skin-head*, etc... – que farão da moda o seu principal meio de expressão individual e coletivo (Bocock, 1995).

Tudo isto fará com que se exacerbem os valores hedonistas e individualistas entre a juventude, o que provocará, por sua vez, uma forte rutura geracional. Com efeito, os pais da geração nascida entre os anos 50 e 60 do século passado, são os primeiros que já não contarão com

descendentes, da mesma forma que os seus filhos tão pouco terão antepassados.

Em referência a esta crescente separação entre jovens e adultos, a antropóloga norte-americana, Margaret Mead, comentou eloquentemente esta época, em que se iniciava a grande eclosão juvenil: “Até há muito pouco tempo, os mais velhos podiam dizer: “sabes uma coisa, eu fui jovem e tu nunca foste velho”. Mas os jovens de hoje podem responder: “tu nunca foste jovem no mundo em que eu sou e jamais poderás sê-lo” (Mead, 1971: 92).

Agora bem, enquanto que o consumo se impunha cada vez mais como uma experiência juvenil, a esfera da educação e do trabalho resultavam cada vez menos significativas para os jovens (Durán & Duque, 2017), num contexto como o que se inaugurou a partir de meados dos anos 70, presidido pelo desemprego e pela precariedade laboral (Alaluf & Stroobants, 1994: 48.; Artiaga et al, 2014; Beck, 2006.; Serrano, 2000).

Tudo isto terá uma importante influência na mentalidade dos jovens. Nas seguintes epígrafes, ilustraremos este processo ao analisar as transformações das atitudes e dos valores no campo educativo, laboral e do consumo, das gerações de jovens portugueses e espanhóis, mostrando como todas estas mudanças influíram também nas suas temporalidades.

4. Juventude e educação.

De aspirar a simplesmente estar

A crise do emprego, conjuntamente com o prolongamento da idade escolar, contribuiu para o distanciamento da juventude dos valores meritocráticos, associados ao âmbito educativo, que foram sendo substituídos progressivamente por outros valores mais instrumentais, de caráter mais individualista e hedonista (Durán & Duque, 2017).

Com efeito, na última década do século passado e na primeira do presente, eram cada vez mais perceptíveis as mudanças nos valores e aspirações juvenis associadas à formação e aos estudos, em favor de outros mais relacionados com a família, o consumo e a satisfação de necessidades hedônicas que demandavam atividades a serem realizadas em “tempos livres” (Pappámikail, 2005: 48; Cabral & Pais, 1998; González-Anleo Sánchez, 2010: 14-15 e 2006: 115-116; Funes, 2008: 23). Ainda que esta perda de relevância fosse mais acusada nos estudos secundários do que nos universitários, e mais nas classes médias-baixas do que nos estratos sociais mais elevados, onde os títulos, sobre tudo os universitários, eram ainda percebidos como um mecanismo de mobilidade e de reprodução social (Pappámikail, 2005: 48.; Guerreiro & Abrantes, 2003.; Conde, 1999: 32 e ss).

Deste modo, tanto em Portugal como em Espanha, a formação académica foi perdendo importância relativamente a uma série de dimensões, tais como o estatuto, a utilidade social, a obrigação moral e também o nível cul-

tural (Cabral & Pais, 1998; González-Anleo, 1999: 170 e ss). Contrariamente, será cada vez mais valorizada quando se vincula com outras vertentes de caráter mais instrumental ou relacional (González-Anleo, 1999: 167).

A partir deste ponto de vista, ainda que os jovens valorizem os títulos educativos, fazem-no mais pelas potenciais possibilidades que estes lhes podem oferecer na hora de encontrar um trabalho (Jurado & Echaves, 2016: 105 e ss), do que pelo prestígio social ou o nível cultural que outorgam a quem os possui.

Ainda assim, esta valorização dos títulos é relativa. Assim, por exemplo, 43% dos jovens espanhóis que tinham terminado os estudos secundários estavam de acordo com a questão que se lhes punha em 2016, a saber, “não é verdade que estudando se alcance um futuro melhor”. Ainda que, naturalmente, como seria de esperar, só 29% dos que tinham o diploma universitário aderiam a esta afirmação (Jurado & Echaves, 2016: 106). Tendência idêntica à que tinha sido já observada em Portugal por alguns autores (Guerreiro & Abrantes, 2003). Por outras palavras, à medida que aumenta a qualificação académica, aumenta também a confiança de que os estudos são essenciais para a inserção profissional e vice-versa.

Neste contexto, pode resultar paradoxal que as instituições educativas sejam qualificadas de uma forma muito positiva pelos jovens. Todavia, para a maioria dos adolescentes estas instituições encontram-se entre as mais valorizadas. Mas esta valorização não significa que estejam satisfeitos com a sua vertente mais académica,

a qual, segundo aqueles mesmos jovens, não é demasiado apreciada, a não ser por aqueles aspetos de carácter mais extrínseco, relacionados com a sociabilidade entre pares (Guerreiro & Abrantes, 2003; González-Anleo, 1999: 163 e ss; González-Anleo Sánchez, 2010: 60-61 e 2006: 124-125).

Do mesmo modo que a educação, tal como se referiu, era, cada vez mais, apreciada pelos jovens por razões instrumentais pouco relacionados com o mundo académico, o trabalho era também cada vez mais valorizado por eles como um meio para satisfazer outras necessidades alheias a este âmbito, tal como se verá na seguinte epígrafe.

5. Da cultura do trabalho às culturas do trabalho

O trabalho emergiu e consolidou-se nas sociedades modernas como atividade principal, como núcleo da ordem social, com a força de distribuir posições nas diferentes ordens da sociedade. Deste ponto de vista, converteu-se no principal meio para construir as distintas identidades e também num facto moral (Durán, 2008).

Desde os princípios da sociedade industrial que se constroem categorias que separam aqueles que estão ocupados, daqueles que renunciam voluntariamente a trabalhar nas condições estabelecidas pela sociedade industrial. Este ponto de vista foi defendido de ambos os lados do espectro político, tanto pelos liberais como pelos

socialistas mais reformistas e também pelos intelectuais vinculados a estas correntes ideológicas. Um destes intelectuais, hispânico de origem francesa vinculado ao reformismo, considerava, em 1910, que era:

“importante distinguir entre os desgraçados trabalhadores reduzidos pela miséria a estender a mão e o inumerável povo de mendigos que exploram por todos os meios a caridade pública. Os primeiros – concluía – devem ser socorridos; os segundos, obrigados a trabalhar e castigados em caso de reincidência” (Marvaud, 1975: 287).

As elites da sociedade industrial nascente estavam, assim, plenamente conscientes da necessidade de articular a sociedade ao redor da atividade laboral, excluindo dela todos aqueles que por diferentes motivos não estivessem dispostos a integrar-se na coletividade assim considerada. Esta consciência era partilhada, tal como já se referiu, pelos principais setores políticos da sociedade industrial. Assim, fazia questão de o dizer, em 1910, o intelectual e político britânico William Beveridge, como responsável dos serviços sociais do governo liberal:

“A oficina de colocações – escrevia – tornará irrealizável o desejo de quem quer trabalhar uma vez por semana e ficar na cama o resto do tempo. A oficina de colocações tornará, pouco a pouco, impossível o tipo de vida de quem deseja encontrar um emprego precário de longe a longe.

A jornada de trabalho que este último desejaria ter será entregue pela oficina a outra pessoa que já trabalhe quatro horas por semana, o que fará com que este outro gane decentemente a vida” (as cited in Castel, 2001: 330).

As sociedades industriais mais desenvolvidas – particularmente nos EUA, Inglaterra e França – deram, em finais do século XIX, anuência política e jurídica à atividade laboral assim entendida, diferenciando entre o verdadeiro trabalhador, aquele que estava disposto a trabalhar regularmente em condições que estabelecia o seu contrato de trabalho, daquele que só queria trabalhar esporadicamente. Enquanto que este último estava excluído de qualquer benefício que as leis pudessem reconhecer, em caso de doença, invalidez ou desemprego, os que aceitavam trabalhar regularmente nas condições fixadas pelo mercado de trabalho, eram conceptualizados como empregados, tendo direitos nos períodos de inatividade a desfrutar de um seguro (Topalov, 1994).

Ao longo da primeira metade do século XX, desenvolver-se-ão nas diferentes sociedades industrializadas uma série de seguros para atender à falta de trabalho, à doença ou à invalidez, com o objetivo de não excluir da sociedade todos aqueles trabalhadores afetados por algumas circunstâncias. Desenvolver-se-á, assim, todo um setor de direito vinculado ao trabalho, destinado a reconhecer e a tipificar uma série de categorias jurídicas para as mais distintas circunstâncias que pudessem afetar a população empregada. Estas circunstâncias serão tipificadas objetivamente, de tal modo que todos os trabalha-

dores pudessem exigir determinados direitos se estivessem incluídos em alguns destes tipos.

Não obstante, estes direitos tinham um caráter muito limitado. Será somente após a II Guerra Mundial que a maioria dos países democráticos da Europa Ocidental, num contexto de forte crescimento económico, impulsionarão os denominados Estados de Bem-estar, com a finalidade de redistribuir o rendimento e de reconhecer amplos direitos sociais, fundamentalmente à população trabalhadora (Beck, 2000: 21-22; Esping-Andersen, 1993: 216).

Todos estes direitos serão inclusive reconhecidos constitucionalmente, tal como refletia a constituição francesa de 1946:

“Todo o mundo – diz o texto constitucional – tem o dever de trabalhar e o direito a obter um emprego (...). Todo o ser humano que por razão da sua idade, do seu estado físico ou mental, da situação económica se encontre incapacitado para trabalhar tem o direito a obter da coletividade os meios convenientes para a sua subsistência” (as cited in Lambert, 1997: 37-38).

Com esta condição jurídico-política, o trabalho converteu-se no principal meio para exercer a cidadania e também no principal instrumento de mobilidade social.

Mas esta condição foi-se perdendo a partir dos finais dos anos 70, à medida em que aumentava o desemprego e a precariedade laboral.

Quem mais sofreu com esta situação foram, sem dúvida, os mais jovens, que viram limitada a possibilidade de desenvolver-se pessoal e socialmente através das oportunidades que lhes oferecia o mundo do trabalho. Esta realidade influenciou tanto nas suas formas de integração social, como nas suas atitudes relativamente à atividade laboral.

Com efeito, à medida que os jovens têm maiores dificuldades de inserção laboral, ou que esta é cada vez mais fragmentária e episódica (Jurado & Echaves, 2016: 60; Smithson, et al, 1998; Capucha, 1998; Conde, 1999); mas também quanto mais prolongam a sua idade escolar (Jurado & Echaves, 2016: 61 e ss; Elzo, 1999), a sua atitude perante o trabalho adquire um caráter mais instrumental e expressivo.

Desde a primeira perspetiva, a mais instrumental, o trabalho é percebido como um meio para aceder ao consumo (Veira & Muñoz, 2004: 56; Conde, 1999: 40 e ss). Desde a segunda, vinculada aos valores mais expressivos, é apreciada quando está relacionada com os interesses e os gostos pessoais (Funes, 2008: 27).

Convivem, assim, duas culturas de trabalho entre os jovens. Uma, para quem a referida atividade tem um caráter secundário, por quanto é valorizada como meio para satisfazer outras necessidades principais, em particular as do consumo. Outra, para quem é uma atividade principal e, neste contexto, é fonte de identidade e de realização pessoal.

Evidentemente, estes dois modos de enfrentar o trabalho estão relacionados com distintas realidades

laborais. Os jovens com ocupações melhor remuneradas, estáveis e criativas, identificam-se mais com o seu trabalho, relacionando-o com valores expressivos e criativos. Aqueles jovens com atividades pior remuneradas, precárias e rotineiras, têm atitudes laborais mais instrumentais (Bergua, et al, 2016; Duque, 2013).

Uma grande parte dos jovens integra-se neste segundo grupo (Benedicto, 2016), pelo que os seus valores são transferidos do mundo do trabalho para outros universos como o do consumo, onde encontram a possibilidade de realizar e viver autonomamente em comunhão com os seus iguais.

6. O consumo e as atividades em tempos livres.

Modos de ser e expressar a juventude

O consumo converteu-se, com efeito, especialmente nas últimas duas décadas, numa condição, por antonomásia, da conformação da identidade juvenil. Assim o revelaram a maioria dos inquéritos realizados ao longo deste período, tanto em Portugal como em Espanha, nos quais os jovens se definem, acima de tudo, como consumidores e percebem o ócio e o consumo como o meio principal para se socializarem livremente ao lado dos seus pares (Durán & Duque, 2017; Pappámikail, 2011: 219-220 e 2005: 45; Nilsen, 1998; Ferreira, 1993; González-Anleo Sánchez, 2010: 104; López Ruíz, 2006: 345 e ss).

Estas atitudes juvenis relativas ao consumo e ao ócio emergem de um contexto no qual, tal como havíamos referido anteriormente, alguns dos principais âmbitos que conformam as biografias juvenis e, em particular, o mundo da educação e do trabalho, são concebidos, cada vez mais, como valores instrumentais - no caso do trabalho -, ou da socialização entre pares - no caso da educação. É um cenário presidido pelo prolongamento da idade escolar e, em consequência, pela tardia incorporação no mundo do trabalho (Smithson, et al, 1998; Capucha, 1998).

Produziu-se, assim, um progressivo distanciamento entre os diferentes universos que conformam a vida juvenil. Por uma parte, o mundo da racionalidade produtiva e instrumental, vinculada fundamentalmente à esfera laboral. Por outra, o das relações sociais mais expressivas e identitárias, relacionadas com o universo do ócio e do consumo (Pappámikail, 2011 e 2005; Muñoz Carrión, 2010; Singly, 2007; Comas, 2003; Conde, 1999; Nilsen, 1998; Ferreira, 1993).

Esta crescente rutura entre a esfera do trabalho e do consumo altera, naturalmente, os processos de transição entre a juventude e a idade adulta, a qual se vai dilatando no tempo, à medida em que os jovens vinculam, cada vez mais, a sua identidade ao âmbito do consumo (Conde, 1999: 224; Almeida, et al, 1998).

Este modo de conformação das biografias juvenis influi, substancialmente, como veremos de seguida, nas suas vivências e nas suas representações do tempo, que adquirem também um caráter particular e próprio.

7. A temporalidade dos jovens

A última grande crise económica contribuiu para quebrar, definitivamente, o relato do progresso associado à modernidade (Monteiro, 2017). Se é certo, como veremos mais adiante, que as distintas gerações de jovens, pelo menos desde meados dos anos 80, vivem cada vez mais instalados no presente, a juventude atual reprimida pela intensa precaridade que afeta tanto o âmbito educativo como laboral, vislumbra o futuro com grande pessimismo, órfãos de oportunidades (Benedicto, 2016: 26).

Este pessimismo ganha particular consistência nos relatos dos jovens dos países do sul da Europa, afetados, especificamente, pela crise, em particular, na Grécia, Portugal e Espanha (Eurofound, 2014).

Os jovens destes países, ao não poder construir um relato coerente para as suas próprias vidas, integrando o passado, presente e futuro, observam o porvir com menor otimismo e esperança. Relativamente a último aspeto, o do crescente pessimismo em relação ao futuro, os jovens portugueses são os que mais se destacaram nestes anos de crise, somente superados pelos gregos (Ramos e Benedicto, 2016: 310).

Desde o ponto de vista da atitude temporal, é como se o futuro, com os seus numerosos riscos e incertezas, se colasse constantemente sobre o presente, instaurando uma temporalidade articulada sobre o eixo futuro-presente (Luhmann, 1996: 53 e ss).

Apesar desta situação, o pessimismo relativo ao contexto económico e às oportunidades vitais parece compatibilizar-se com o otimismo em relação à vida em geral. Assim, um inquérito recente levado a cabo entre os jovens espanhóis entre os 15 e os 29 anos refere que 43% dos jovens vê o futuro com muito otimismo, enquanto que 54% vislumbra-o numa posição intermédia (Ramos e Benedicto, 2016: 322). Este otimismo, apesar das numerosas incertezas que os envolvem, está também presente nos jovens portugueses (Pais, 2003).

Estas duas perceções, aparentemente contraditórias, de pessimismo em relação à sua situação material presente e futuro, por um lado, e de otimismo em relação a outras vertentes da vida, por outro, se explicuem melhor, talvez, se tivermos em conta a dimensão temporal em que habitam os jovens e a sua vinculação aos seus contextos particulares de vida.

Com efeito, tal como se referiu na epígrafe anterior, a vida dos jovens articula-se em boa medida à volta do universo do ócio e do consumo, através dos quais expressam a sua identidade de uma forma autónoma em relação aos seus pares. Esta convivência hedonista e expressiva tem como marco de referência temporal o presente: “prefiro no pensar em largo prazo”, “viver o presente”, diziam os jovens portugueses inquiridos nos inícios deste século (Pappámikail, 2005: 52; Pais, 2003). “O futuro é tão incerto que o melhor que se pode fazer é viver o dia a dia”, afirmavam os jovens espanhóis neste mesmo período (Elzo, 2006: 75; Muñoz Carrión, 2010: 72-73).

Este presente “perpétuo” (Featherstone, 2000: 204), povoado de “instantes eternos” (Bauman, 2007: 52), desvinculado do passado e carregado com a intensidade de uma vida hedonista e autônoma, rompe com os tempos laborais e produtivos dos jovens, agora mais incertos e rotineiros (Muñoz Carrión, 2010: 86-87; Comas, 2003: 60 e ss). Tudo isso faz que contemplem o futuro a partir das múltiplas opções que parece brindar-lhes este gênero de vida (Pais, 2003: 123 e ss). Desde esta perspectiva, o futuro não se apresenta como uma realidade que ameace com a sua incerteza a quem experimente assim o presente, mas, sim, como uma experiência nova que há que viver com a mesma atitude com a que se vive o presente. Ou seja, com o espírito de liberdade hedonista, mais do que com a preocupação pela integração naqueles universos que, como o laboral, não parecem outorgar muitas promessas futuras (Funes, 2008).

8. Juventude e Trabalho em Perspetiva

Ao longo da primeira parte deste estudo, analisamos as alterações ocorridas no mundo da educação e do trabalho, a partir dos finais dos anos 70 do século passado, bem como a consolidação do âmbito do consumo como uma das realidades com a qual os jovens mais se identificam, realidade esta que deu início à criação de novas atitudes e valores característicos deste grupo de idade.

Mesmo com as diferenças próprias de cada classe social, que, naturalmente, devem ser devidamente analisadas aquando do estudo das múltiplas realidades do que significa ser jovem (Martín Criado, 1998), acreditamos que é possível referir-se à juventude tendo em conta as experiências partilhadas pelas distintas gerações de jovens em cada momento histórico (Wyn & Woodman, 2006; Leccardi & Feixa, 2011; Mannheim, 1990).

Partindo desta perspetiva, a juventude que se vai formando em Portugal e Espanha, a partir dos anos 80, apresenta uma série de características comuns que a identificam e a diferenciam de outras gerações anteriores. Estas características relacionam-se com a sua forma de integração no mundo do trabalho, da educação e do consumo.

Mais concretamente, são os jovens que se incorporam mais tarde de forma precária no mercado laboral, por isso, a sua relação com este âmbito será mais instrumental, ao estar cada vez menos vinculada à classe social e ao estatuto - contrariamente ao que tinha sucedido na geração dos seus pais -, e mais aos rendimentos e ao tempo livre.

Do ponto de vista educativo, a juventude será protagonista da expansão e da massificação educativa. Esta realidade traduzir-se-á no prolongamento da idade escolar e, conseqüentemente, no distanciamento da esfera laboral, o que protelará as transições para a vida adulta. Como resultado deste processo, as atitudes e os valores educativos dos jovens serão também eles, cada vez mais, instrumentais, ao relacionarem-se menos com a realiza-

ção pessoal e o estatuto e ao estarem mais vinculados à relação entre os pares.

À medida em que as atitudes e os valores dos jovens se tornam mais instrumentais, tanto na esfera laboral como na educativa, adquirem um caráter mais substantivo no âmbito do consumo. Tal facto, começa a observar-se em Portugal de forma clara a partir dos inícios dos anos 90 do século passado e, em Espanha, um pouco antes, desde meados dos anos 80.

Quando mais se identificam os jovens com a cultura do consumo, mais se vinculam aos valores individualistas, hedonistas e expressivos, valores característicos desta cultura. Esta realidade provoca, por um lado, uma crescente separação entre a esfera mais racionalista e instrumental vinculada ao mundo do trabalho, por outro lado, uma conectividade aos valores mais expressivos, relacionados estes com o âmbito do consumo.

Ao mesmo tempo, é possível observar como essas atitudes e esses valores mais individualistas e hedonistas, característicos do mundo do consumo, penetram também na esfera do trabalho e da educação, coloreando-as com o seu particular sentido (Lipovestky, 2003: 39-40; 1994: 164 e ss). É certo que são os jovens com melhores trabalhos e mais aspirações os que mais aderem a estes valores, enquanto que os têm trabalhos pior remunerados e mais precários se vinculam mais aos valores instrumentais.

Apesar desta realidade, tanto uns como outros, aderem mais à cultura da liberdade do que à integração (Bell,

1977: 164), expressando este sentimento em todos os âmbitos em que participam.

Uma vez conhecido o marco social no qual emergiram as atitudes e os valores da juventude atual relativamente a três das principais realidades que a constituem - a saber: o trabalho, a educação e o consumo - é momento de avançarmos para a segunda parte deste trabalho, dedicada a descrever e analisar a trajetória escolar da juventude de Braga, relativamente ao âmbito laboral.

4. Trabalho, escolarização e inserção profissional dos jovens bracarenses: aspectos metodológicos

De forma a analisar a inserção profissional dos jovens bem como o impacto da escolarização nos padrões de empregabilidade, iniciamos este estudo recorrendo a uma pesquisa bibliográfica, tanto de autores nacionais como internacionais, que estudaram as temáticas em análise. Esta fase muito primária do trabalho ajudou-nos a contextualizar o problema e a perceber a extensão do fenómeno em estudo. Ganhamos, assim, consciência de que o impacto da escolarização nos padrões de empregabilidade dos jovens de Braga estava por analisar e que merecia um estudo integrado, não só a partir da dicotomia estudo/trabalho, mas envolvendo outras dimensões, tais como as motivações dos jovens, a perceção dos jovens sobre a adequação da formação escolar, a questão dos rendimentos, as formas atípicas de inserção no mercado de trabalho.

Dada a amplitude e a complexidade da temática, a fase inicial do trabalho, de análise exploratória, centrou-se na recolha de fontes bibliográficas e documentais de tipo quantitativo e qualitativo, cruzando estes elementos com fontes estatísticas.

A partir destas fontes, exploramos, delimitamos e clarificamos diferentes dados teóricos e empíricos, certificando-nos do seu caráter representativo, exaustivo, homogêneo e pertinente para o nosso estudo.

Posteriormente, optou-se por realizar um levantamento quantitativo das informações sobre a educação formal, o trabalho e a inserção profissional dos jovens, dado que se pretendia não apenas analisar em profundidade o fenômeno em estudo, mas também avaliar a forma como os jovens se posicionam relativamente à conexão estudo/trabalho. Esta abordagem, além de ser um ótimo recurso para analisar matérias complexas, é também excelente quando o universo em análise é de grandes dimensões, pelo que se afigura uma boa ferramenta para um conhecimento mais alargado do problema.

Procederemos, agora, ainda nesta secção, a uma breve caracterização dos inquiridos e dos aspetos mais técnicos que envolvem o processo de recolha dos dados a serem analisados.

4.1. O Inquérito

O instrumento de recolha de dados foi o inquérito por questionário, onde se formulava um conjunto de perguntas quer relacionadas com os objetivos de estudo quer com a situação socioprofissional dos inquiridos.

Relativamente à elaboração do questionário, procurou-se, antes da formulação das perguntas, seleccionar um conjunto de dimensões teóricas, e consequentemente um conjunto de indicadores para cada dimensão, que respondessem ao objetivo geral e aos objetivos específicos do estudo. Definiram-se, assim, seis dimensões: com a primeira, pretendia-se observar e identificar os padrões de empregabilidade dos jovens; na segunda, pretendeu-se analisar os fatores críticos que condicionam a evolução do emprego e os níveis de empregabilidade e, para isso, previu-se necessário analisar os preditores da empregabilidade. Adicionalmente, considerou-se importante observar e avaliar a contribuição da formação adquirida nas instituições de ensino da região para desempenho da atividade profissional dos jovens, nomeadamente, procedendo ao acompanhamento destes últimos jovens em exercício profissional. Com esta dimensão, pretendia-se analisar a) o percurso escolar formal, através do grau mais elevado que atingiu, a quantidade de cursos de formação que já realizou e a importância atribuída à escola; b) a formação prática, de forma a perceber se durante o percurso escolar os estudantes exerceram atividades práticas; e a c) formação profissional, através do tipo de formação, a adequação da formação recebida às funções desempenhadas, a percepção do valor acrescentado da formação adquirida em termos de posicionamento no mercado de trabalho, a percepção sobre em que medida a progressão nos níveis de formação formal e/ou profissional significou

progressão na carreira (remuneração, responsabilidade, etc.).

Com a quarta dimensão pretendia-se analisar a coerência entre o perfil de formação e o perfil profissional adquirido. Para tanto, tornava-se necessário inquirir sobre as relações entre a formação escolar (formal e prática) e o perfil profissional.

Na quinta dimensão pretendíamos avaliar o impacto de empregabilidade procedente de sistemas de educação profissional e de educação contínua ou ao longo da vida. Também aqui seria necessário analisar as relações entre a formação escolar (formal e prática) e o perfil profissional.

Finalmente, propôs-se uma última dimensão de forma a avaliar o impacto e a necessidade de promoção de modelos formativos baseados em promoção de aquisição de competências chave, via educação não formal. Se a formação prática fosse um bom preditor da empregabilidade, podia-se propor uma estratégia de intervenção nesse sentido.

As dimensões que deram origem à elaboração do questionário completaram-se com uma outra que visava o conhecimento sociodemográfico do inquirido.

4.2. Especificação da população-alvo e definição da amostra

a. Universo: Definiu-se como população-alvo todos os indivíduos com idade entre os 15 e 35 anos, de ambos os sexos, residentes no Município de Braga.

b. Processo de amostragem:

Decidiu-se contactar os inquiridos por meio da internet. O questionário foi enviado a todos os jovens que nos disponibilizaram o seu contacto de e-mail e que exprimiram o desejo de colaborar neste estudo, permitindo que a participação fosse totalmente voluntária. Além disso, pedimos a cada participante que reencaminhasse o questionário aos seus contactos de e-mail, os quais julgavam que estavam disponíveis e interessados em participar neste inquérito. Assim, a amostra obtida é não probabilística por resultar de um processo de seleção por conveniência.

Amostra:

Recebemos 854 questionários devidamente preenchidos. Destes, 644 preencheram os critérios que fixamos na definição da população-alvo. Isto é, pertencer ao Município de Braga e ter entre 15 e 35 anos de idade.

O quadro 1 apresenta a distribuição dos 644 inquiridos que compõem a nossa amostra segundo algumas variáveis sociodemográficas, como o sexo, idade, escolaridade e rendimento do agregado familiar.

A idade dos participantes, tal como já se referiu, varia entre 15 e 35 anos ($M = 24.48$, $DP = 4.49$). Pouco mais da metade dos indivíduos (56%) completou o ensino superior (licenciatura, mestrado ou doutoramento), 40% o secundário e técnico e somente 4% o ensino básico. Quanto ao rendimento do agregado familiar, verifica-se que 17% apresenta um rendimento mensal até a 500€, 21% entre 500-800€, 40% entre 800-1.500€ e 22% mais de 1.500€.

Quadro 1. **Características dos inquiridos**

Sexo	%
Masculino	32
Feminino	68
Escalão etário	
15 a 20 anos	20
21 a 25 anos	44
26 a 30 anos	23
31 a 35 anos	13

Nível de escolaridade

Nenhum	0
1º ciclo do básico	0
2º ciclo do básico	0
3º ciclo do básico	4
Secundário	35
Curso de Especialização Tecnológica	5
Superior politécnico	<1
Superior universitário	42
Mestrado	13
Doutoramento	<1

Rendimento do agregado familiar

Até 300 euros	8
Entre 300 e 400 euros	4
Entre 400 e 500 euros	5
Entre 500 e 600 euros	8
Entre 600 e 700 euros	7
Entre 700 e 800 euros	6
Entre 800 e 900 euros	6
Entre 900 e 1000 euros	14
Entre 1000 e 1500 euros	20
Mais de 1500 euros	22

Fonte: Elaboração própria a partir Inquérito sobre a inserção profissional dos jovens de Braga.

4.3. Recolha de dados

O trabalho de campo decorreu entre os dias 1 de Novembro e 30 de Dezembro de 2012. A recolha dos dados foi realizada pela internet por meio do envio de um questionário on-line a todos os indivíduos que se dispunham a participar no estudo. Foi assegurado a cada participante o caráter confidencial do estudo e todos foram devidamente informados que poderiam recusar a colaborar, não respondendo a qualquer questão sempre que assim o entendessem.

5. Análise dos indicadores de inserção profissional dos jovens de Braga

Apresentamos aos inquiridos dois grupos de questões. No primeiro, perguntamos acerca das condições de trabalho que estavam a exercer no momento em que responderam ao inquérito. No segundo, questionamos sobre a importância da educação relativamente aos vários aspetos que envolvem a inserção profissional dos jovens. Apresentamos, de seguida, os principais resultados que obtivemos destes dois conjuntos de questões.

5.1. Características do trabalho

O primeiro grupo de perguntas visava avaliar as características e atitudes dos inquiridos em relação ao trabalho e à sua atividade profissional. Analisemos, então, as respostas destes aos principais aspetos que caracterizam esta temática.

5.1.1. *Situação perante o trabalho*

O quadro 2 apresenta a distribuição dos inquiridos relativamente às situações perante o trabalho. Verificamos

que apenas 40% dos inquiridos referiram estar a trabalhar no momento do inquérito. É importante notar que igual percentagem dos jovens (40%) referiram nunca ter trabalhado, enquanto que 20% afirmaram que já o fizeram, mas que, naquele preciso momento, se encontravam sem trabalho (Cf.: Q.2.)

Cruzando a situação de cada indivíduo perante o trabalho com a idade, verifica-se que é na faixa etária dos 31-35 que encontramos uma maior percentagem de indivíduos (70%) que refere *estar a trabalhar*, ainda que haja uma percentagem preocupante (28%) daqueles que referem *não estar a trabalhar, mas já trabalhou*, sendo este número representativo de uma situação de desemprego. Situação semelhante encontra-se nos indivíduos da faixa etária dos 26-30 anos, sendo que o número dos que dizem *estar a trabalhar* é menor (57%) e é significativa a percentagem dos que referem *nunca terem trabalhado* (13%) ou *não estão a trabalhar, mas já trabalharam* (30%), ou seja, 43% dos jovens inquiridos dos 26-30 anos encontra-se numa situação de desemprego. As demais faixas etárias apresentam uma tendência natural, pois trata-se de idades em que ainda é natural poderem estar a estudar e, portanto, apresentam um número expressivo de indivíduos que dizem que nunca trabalharam, nomeadamente, 74% entre os indivíduos com 20 ou menos anos e os 49% dos 21-25 anos (Cf.:G.1.).

Analisando agora esta mesma situação por nível de escolaridade, observa-se que entre os jovens que *nunca*

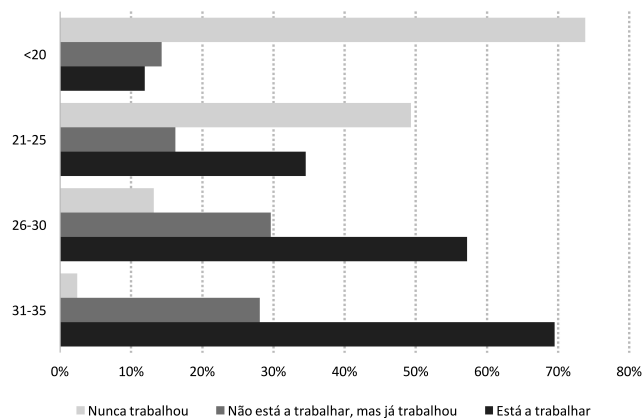
trabalharam, a maior parte (51%) completou o secundário; já entre os que *de momento não estão a trabalhar*, 63% completou o nível superior e o mesmo acontece entre os que *se encontram a trabalhar*, que são jovens que maioritariamente completaram o nível superior de ensino (Cf.:G.2.).

Quadro 2. **Situação perante o trabalho (%)**

Nunca trabalhou	40
Não está a trabalhar, mas já trabalhou	20
Está a trabalhar	40

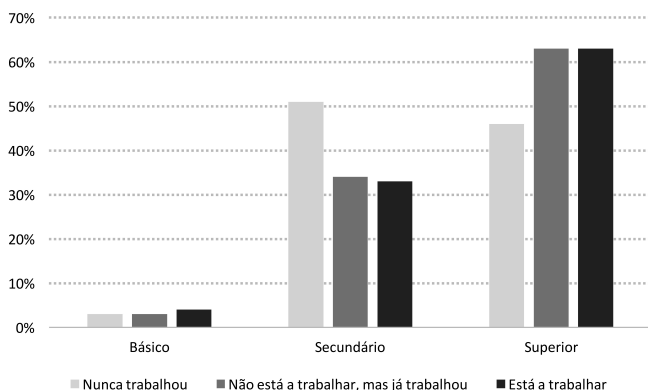
Fonte: Elaboração própria a partir Inquérito sobre a inserção profissional dos jovens de Braga.

Gráfico 1. **Situação perante o trabalho, segundo o escalão etário (%)**



Fonte: Elaboração própria a partir Inquérito sobre a inserção profissional dos jovens de Braga.

Gráfico 2. **Situação perante o trabalho, segundo o nível de escolaridade (%)**



Fonte: Elaboração própria a partir Inquérito sobre a inserção profissional dos jovens de Braga.

5.1.2. *Regime de trabalho atual*

Analisando as respostas dos inquiridos que referiram *estar a trabalhar*, podemos verificar que uma larga maioria trabalha a tempo inteiro (76%), sendo que apenas 24% diz trabalhar a tempo parcial (Cf.: Q.3.).

Se analisarmos esta questão segundo a idade, verifica-se que independentemente da faixa etária, os jovens têm um trabalho com um regime maioritariamente a *tempo inteiro*, todavia, importa salientar que quanto mais jovem, maior é a percentagem dos que têm um trabalho a *tempo parcial*, tal como podemos compreender dos 40% de jovens com 20 ou menos anos que referiram estar a trabalhar a *tempo parcial* e

dos 18% dos jovens com 31-35 anos que dizem estar a trabalhar com este tipo de regime de trabalho (Cf.: G.3.).

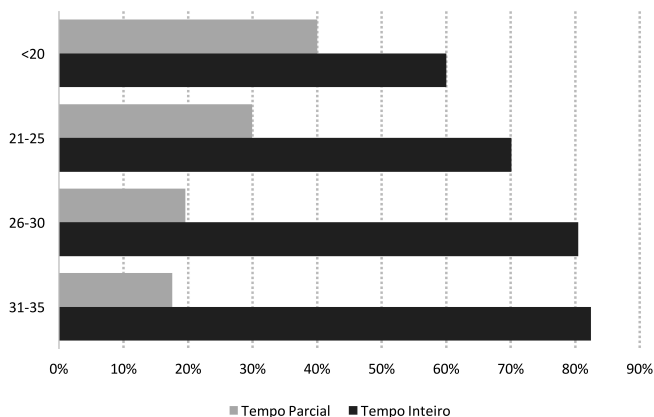
Tanto os jovens que trabalham com um regime a *tempo inteiro* como a *tempo parcial*, na sua maioria, completaram o ensino superior (Cf.: G.4.).

Quadro 3. **Regime de trabalho atual (%)**

Trabalho a tempo inteiro	76
Trabalho a tempo parcial	24

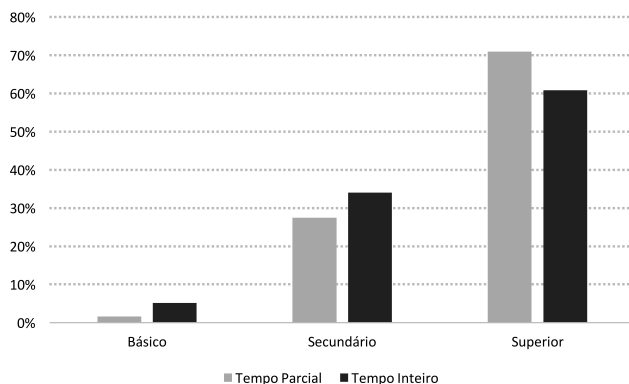
Fonte: Elaboração própria a partir Inquérito sobre a inserção profissional dos jovens de Braga.

Gráfico 3. **Regime de trabalho, segundo o escalão etário (%)**



Fonte: Elaboração própria a partir Inquérito sobre a inserção profissional dos jovens de Braga.

Gráfico 4. **Regime de trabalho, segundo o nível de escolaridade (%)**



Fonte: Elaboração própria a partir Inquérito sobre a inserção profissional dos jovens de Braga.

5.1.3. *Tipo de trabalho*

Uma maioria expressiva dos inquiridos afirma trabalhar por *conta de outrem* (88%), o que contrasta com a percentagem dos que indicaram trabalhar por *conta própria* (10%) ou em negócios da família (2%) (Cf.:Q.4.).

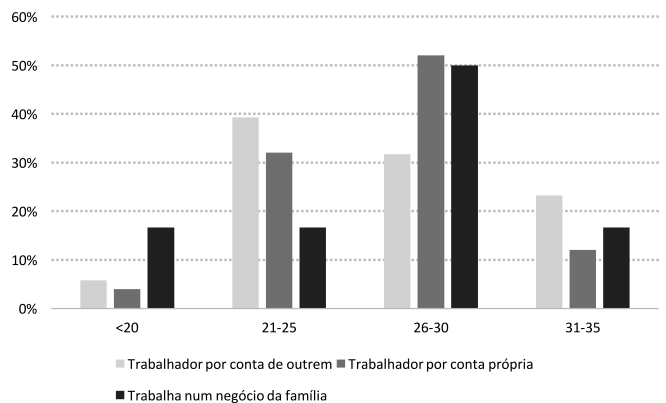
A maioria dos que trabalham por *conta própria* (52%) ou em ambiente *familiar* (50%) têm entre 26 e 30 anos, sendo que os que trabalham por *conta de outrem* distribuem-se entre os 21 e 30 anos. Já quanto aos estudos, a maioria dos que trabalham para outrem (63%) ou por conta própria (72%) têm o ensino superior, enquanto que os que trabalham em ambiente familiar têm maioritariamente o ensino secundário (67%) (Cf.:G.5. e G.6.).

Quadro 4. **Tipo de trabalho (%)**

Trabalhador por conta de outrem	88
Trabalhador por conta própria	10
Trabalha num negócio da família	2

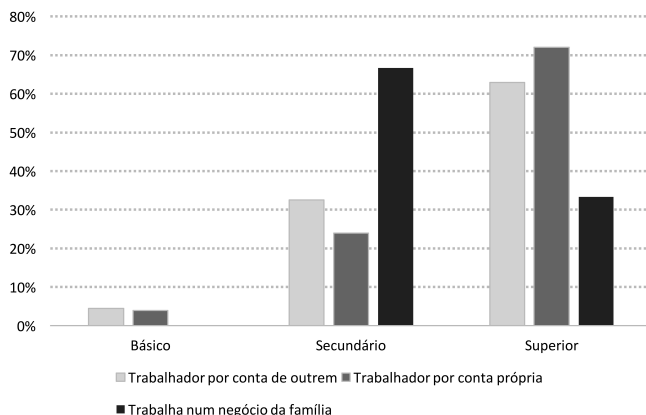
Fonte: Elaboração própria a partir Inquérito sobre a inserção profissional dos jovens de Braga.

Gráfico 5. **Tipo de trabalho, segundo o escalão etário (%)**



Fonte: Elaboração própria a partir Inquérito sobre a inserção profissional dos jovens de Braga.

Gráfico 6. **Tipo de trabalho, segundo o nível de escolaridade (%)**



Fonte: Elaboração própria a partir Inquérito sobre a inserção profissional dos jovens de Braga.

5.1.4. **Condições do contrato de trabalho**

O Quadro 5 ilustra as condições do contrato de trabalho dos inquiridos que nos indicaram trabalhar por *conta de outrem*. Como podemos verificar, quase cerca de metade, mais propriamente 47%, estava a exercer uma atividade ao abrigo de um *contrato temporário*, ou seja, com duração limitada, sendo que um número relativamente inferior de pessoas (42%) possuía um *contrato permanente* e 11% exercia uma atividade sem a proteção de um contrato de trabalho (Cf.:Q.5.).

Ao cruzar esta variável com a idade, verifica-se que são os jovens que *trabalham por conta de outrem* com menos de 20 anos que apresentam uma situação mais

precária, uma vez que 46% destes trabalha *sem qualquer tipo de contrato* e outros 46% têm um *contrato de trabalho temporário*. Nas faixas etárias seguintes, dos 21-25 anos e dos 26-30, a maioria (51%, respetivamente) tem um contrato de *trabalho temporário*, sendo que dos que estão na faixa etária dos 26-30 anos 45% refere ter um *contrato permanente* e apenas 36% dos jovens dos 21-25% têm um contrato deste tipo (Cf.:G.7.).

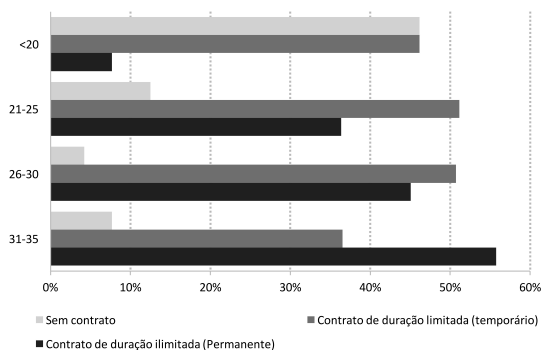
É igualmente preocupante quando analisamos o tipo de contrato que os jovens que trabalham por conta de outrem possuem tendo em conta o seu nível de escolaridade, pois 50% dos jovens que dizem ter um *trabalho sem contrato* apresentam o nível superior de ensino ou secundário, no outro lado, estão os jovens que referem ter um *contrato de duração permanente*, em que 53% diz ter o ensino superior, 39% o ensino secundário e apenas 7% o ensino básico (Cf.:G.8.).

Quadro 5. **Condições do contrato de trabalho (%)**

Sem contrato	11
Contrato de duração limitada (Temporário)	47
Contrato de duração ilimitada (Permanente)	42

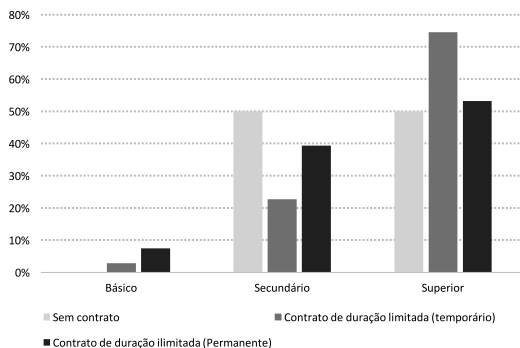
Fonte: Elaboração própria a partir Inquérito sobre a inserção profissional dos jovens de Braga.

Gráfico 7. Condições do contrato de trabalho, segundo o escalão etário (%)



Fonte: Elaboração própria a partir Inquérito sobre a inserção profissional dos jovens de Braga.

Gráfico 8. Condições do contrato de trabalho, segundo o nível de escolaridade (%)



Fonte: Elaboração própria a partir Inquérito sobre a inserção profissional dos jovens de Braga.

5.1.5. *Tipo de empresa*

Em relação ao tipo de empresa, a maioria dos indivíduos (61%) referiu estar a trabalhar numa empresa do setor privado e 13% no setor da administração pública. Note-se também que 10% dos inquiridos mencionou trabalhar noutro tipo de empresa, isto é, nem pública nem privada (Cf.: Q.6.).

Ao confrontar esta realidade segundo a faixa etária dos inquiridos, vemos que são maioritariamente os jovens com 21-25 anos (42%) ou com 26-30 anos (42%) os que trabalham para o *Governo central ou local*, a mesma tendência se verifica num *outro setor da administração pública*, sendo que 45% tem entre os 26-30 anos e 33% entre os 31-35 anos. Já no setor empresarial, são os jovens com 21-25 anos que mais se destacam neste tipo de empresa, dado que são em maior número entre aqueles que dizem trabalhar para uma empresa do Estado (37%) ou uma empresa do setor privado (46%) (Cf.: G.9.).

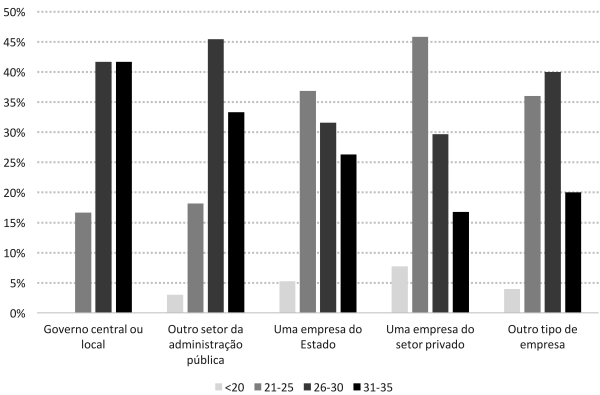
Em qualquer um destes trabalhos os jovens têm maioritariamente nível superior de escolaridade, sendo que há mais prevalência de jovens com nível superior a trabalhar em entidades públicas, como é o caso do *Governo central ou local* (75%) e num *outro setor da administração pública* (79%), do que no *setor empresarial privado* (59%), dando lugar ao aumento dos que têm o ensino secundário (35%) (Cf.: G.10.).

Quadro 6. **Tipo de empresa (%)**

Governo central ou local	9
Outro setor da administração pública	13
Uma empresa do Estado	7
Uma empresa do setor privado	61
Outro tipo de empresa	10

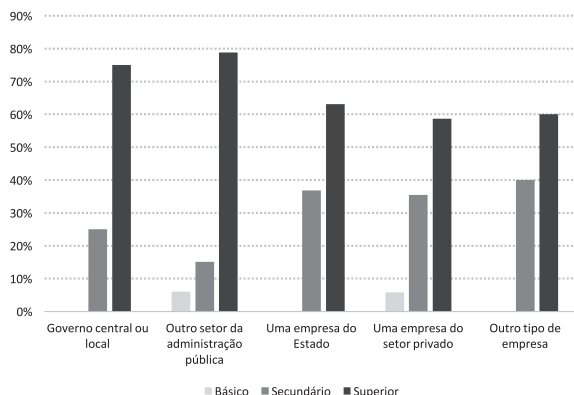
Fonte: Elaboração própria a partir Inquérito sobre a inserção profissional dos jovens de Braga.

Gráfico 9. **Tipo de empresa, segundo o escalão etário (%)**



Fonte: Elaboração própria a partir Inquérito sobre a inserção profissional dos jovens de Braga.

Gráfico 10. **Tipo de empresa, segundo o nível de escolaridade (%)**



Fonte: Elaboração própria a partir Inquérito sobre a inserção profissional dos jovens de Braga.

5.1.6. *Tempo no trabalho atual*

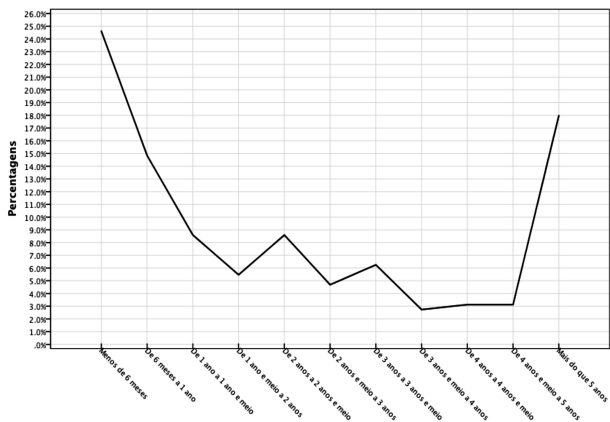
O Gráfico 11 apresenta a distribuição dos inquiridos que estavam a trabalhar no momento do inquérito em função do *tempo de permanência no trabalho*. A análise apresenta uma distribuição interessante na medida em que as maiores percentagens encontram-se nos extremos. De facto, o número mais expressivo de inquiridos estava a trabalhar no atual local de trabalho há menos de seis meses (cerca de 25%), sendo que as percentagens vão diminuindo à medida em que o tempo de trabalho aumenta até a um ponto de mudança repentina, onde cerca de 18% dos inquiridos refere estar a trabalhar no mesmo local há mais de cinco anos (Cf.:G.11.).

As variáveis permanência no trabalho e idade surgem significativamente associadas, podendo concluir-se

que há diferenças na idade relativamente ao tempo de permanência no trabalho ($\chi^2 (84) = 130.93, p < 0,001$, coeficiente de contingência = 0,58, $p < 0,001$). Estas diferenças são manifestas na diferença que existe entre o tempo de permanência e da idade do jovem, sendo que são os jovens entre os 31-35 anos os que apresentam o maior tempo de permanência no trabalho (54%), pelo contrário, são os jovens que têm menos de 20 anos os que apresentam um tempo mais curto de permanência no trabalho. Contudo, entre os que têm um *tempo de permanência* entre os 4 anos e meio e os 5 anos no trabalho são os jovens entre o 21-25 anos os que mais se destacam (41%) (Cf.: G.12.).

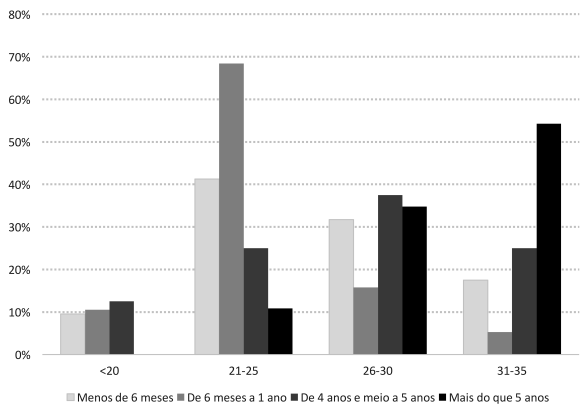
Quanto à associação entre a permanência no trabalho e o nível de escolaridade, verifica-se que não existem diferenças entre os meses de permanência no trabalho relativamente ao nível de ensino ($\chi^2 (56) = 75.59, ns$) (Cf.: G.13.).

Gráfico 11. **Há quanto tempo está no trabalho atual? (%)**



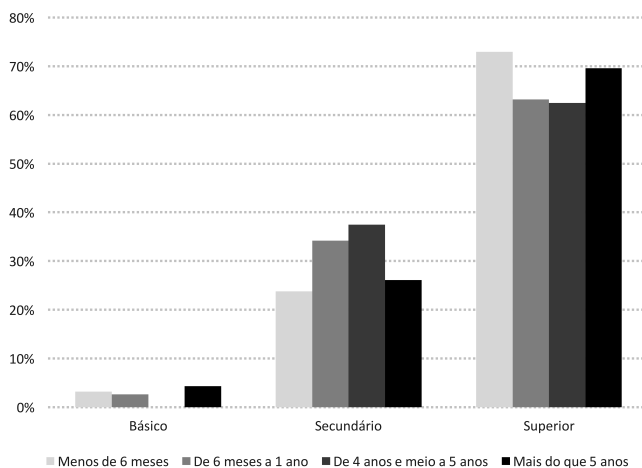
Fonte: Elaboração própria a partir Inquérito sobre a inserção profissional dos jovens de Braga.

Gráfico 12. **Há quanto tempo está no trabalho atual, segundo o escalão etário (%)**



Fonte: Elaboração própria a partir Inquérito sobre a inserção profissional dos jovens de Braga.

Gráfico 13. Há quanto tempo está no trabalho atual, segundo nível de escolaridade (%)



Fonte: Elaboração própria a partir Inquérito sobre a inserção profissional dos jovens de Braga.

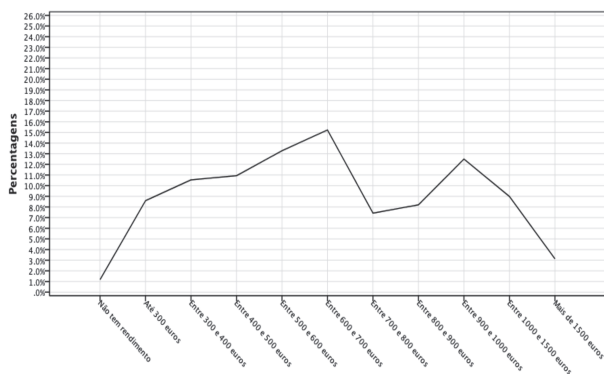
5.1.7. Rendimentos auferidos

O Gráfico 14 mostra a distribuição dos inquiridos que estavam a trabalhar no momento do inquérito em função dos *rendimentos auferidos no trabalho*. No geral, a análise do gráfico revela que o rendimento é quase equitativamente distribuído, em que a categoria mais frequente é a situada entre os 600 e 700 euros mensais. Apenas uma pequena minoria auferes mais do que 1500 euros (cerca de 3%). Destaca-se também que 1% dos inquiridos afirmou não receber remuneração pelo seu trabalho (Cf.: G.14.).

Também aqui, tal como seria expectável, há diferenças na forma como a idade e o rendimento auferido se associam entre si ($\chi^2(30) = 91.71, p < 0,001$, coeficiente de contingência = 0,51, $p < 0,001$), na medida em que os que auferem mais de 1500 euros mensais pelo seu trabalho são maioritariamente os jovens com 31-35 anos (63%), contrariamente a estes são os mais jovens (entre os 21-25 anos) também os que referem em maior número (58%) de um rendimento apenas até 500 euros mensais (Cf.: G.15.).

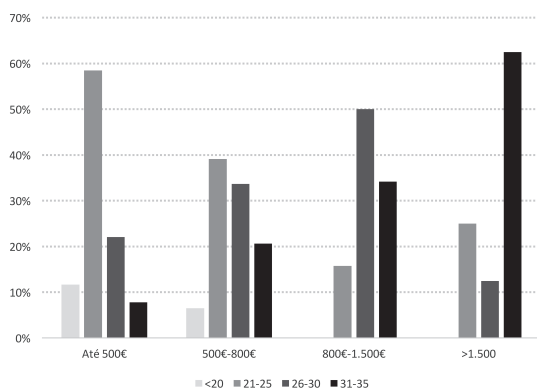
Quanto aos estudos, verificam-se diferenças de rendimentos relativamente ao grau de escolaridade alcançado, embora não sejam muito expressivas ($\chi^2(20) = 36.56, p < 0,05$, coeficiente de contingência = 0,31, $p < 0,05$), dado que independentemente do tipo de rendimento auferido, são sempre os jovens com o ensino superior os que se apresentam em maior número em qualquer tipo de escala de rendimento (Cf.: G.16.).

Gráfico 14. Categoria que melhor representa os rendimentos auferidos pelos inquiridos (%)



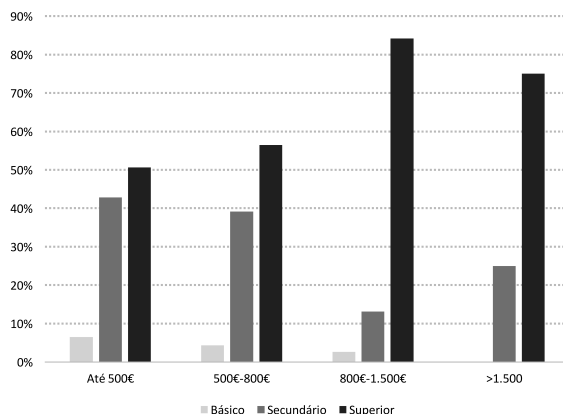
Fonte: Elaboração própria a partir Inquérito sobre a inserção profissional dos jovens de Braga.

Gráfico 15. Rendimentos auferidos, segundo o escalão etário (%)



Fonte: Elaboração própria a partir Inquérito sobre a inserção profissional dos jovens de Braga.

Gráfico 16. **Rendimentos auferidos, segundo nível de escolaridade (%)**



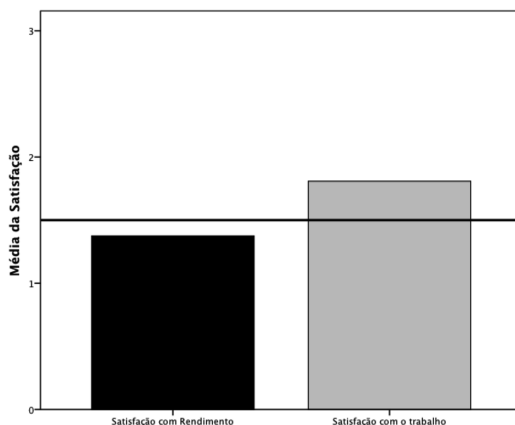
Fonte: Elaboração própria a partir Inquérito sobre a inserção profissional dos jovens de Braga.

5.1.8. ***Satisfação com o trabalho e com os rendimentos auferidos***

O Gráfico 17 mostra as médias de satisfação dos inquiridos em relação ao *trabalho* e aos *rendimentos obtidos do trabalho*. Numa escala variando de 0 (nada satisfeito) a 3 (muito satisfeito), a média de satisfação com o trabalho é moderadamente elevada e situa-se acima do ponto médio da escala, o que indica que os inquiridos expressaram efetivamente satisfação com o seu trabalho. Por outro lado, a média de satisfação com os rendimentos está situada abaixo do ponto médio da escala, o que sugere que os inquiridos sentem insatisfação com os rendimentos que obtêm do trabalho que exercem (Cf.:G.17).

Os resultados de uma Análise de Variância (ANOVA) mostram que não existem diferenças no nível de satisfação com o trabalho entre os escalões etários ($F(3, 255) = 1,185, ns$) e o nível de escolaridade ($F(2, 255) = 1,305, ns$). O mesmo acontece em relação à satisfação com rendimento entre as idades ($F(3, 255) = 0,752, ns$) e o nível de ensino ($F(2, 255) = 3,174, ns$). Ou seja, os jovens, independentemente da sua idade ou do seu nível de escolaridade, apresentem um nível de satisfação igual em relação ao *trabalho* e aos *rendimentos obtidos* do mesmo.

Gráfico 17. **Médias da satisfação com o trabalho e com o rendimento obtido**



Fonte: Elaboração própria a partir Inquérito sobre a inserção profissional dos jovens de Braga.

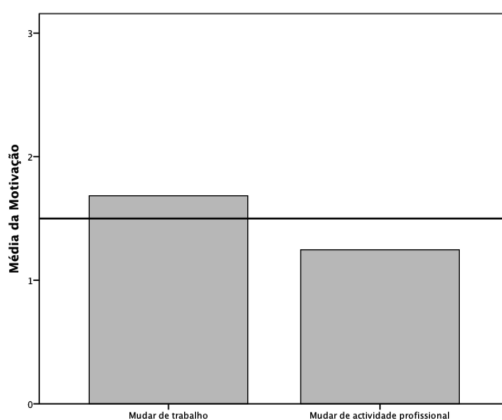
5.1.9. *Motivação para mudar de trabalho e de atividade profissional*

O Gráfico 18 apresenta as médias da motivação dos inquiridos para mudar de trabalho e de profissão. Como podemos verificar numa escala que varia entre 0 (nada motivado) e 3 (muito motivado), a média de motivação para mudar de trabalho está situada acima do ponto médio da escala, o que revela um elevado desejo de mudar de trabalho. Um padrão diferente verifica-se em relação à motivação para mudar de profissão. Como se pode notar, a média situa-se abaixo do ponto de referência, o que nos sugere uma baixa motivação nos inquiridos para mudar de profissão. Estas posições dos indivíduos são motivações independentes das idades e do nível de escolaridade, facto que se manifesta no teste de Teste de Comparações Múltiplas: em relação à mudança de trabalho e idade ($F(3, 255) = 0,537, ns$) e entre o trabalho e o nível de escolaridade ($F(2, 255) = 0,445, ns$). Entre a motivação para mudar de profissão e idade ($F(3, 255) = 0,867, ns$) e entre esta última motivação e o nível de escolaridade ($F(2, 255) = 0,346, ns$).

Em resumo, a juventude de Braga apresenta uma situação laboral que, em geral, se pode descrever como precária, especialmente para os jovens com menos de 25 anos. Esta precariedade reflete-se tanto no tipo e na duração dos contratos de trabalho, como no próprio tempo de trabalho e também nos rendimentos auferidos.

Não obstante esta realidade, a precarização parece não se refletir nos níveis de satisfação e motivação pelo trabalho que os jovens manifestam. Com efeito, desde o primeiro ponto de vista, o da satisfação com o trabalho, a maioria dos inquiridos, independentemente da idade e do nível de escolaridade, está moderadamente satisfeita com o seu trabalho, ainda que não com os seus rendimentos salariais. Tudo isto faria pensar que o trabalho tem para os jovens um carácter não instrumental, posto que estão satisfeitos com o seu emprego apesar do seu nível salarial. Neste contexto, faltaria analisar se a satisfação com o trabalho está mais relacionada com as motivações de carácter expressivo vinculadas com a realização pessoal, ou pelo contrário, com fatores mais relacionados com o estatuto e a utilidade social.

Gráfico 18. **Médias da motivação para mudar de trabalho e de atividade profissional**



Fonte: Elaboração própria a partir Inquérito sobre a inserção profissional dos jovens de Braga.

5.2. O papel da formação

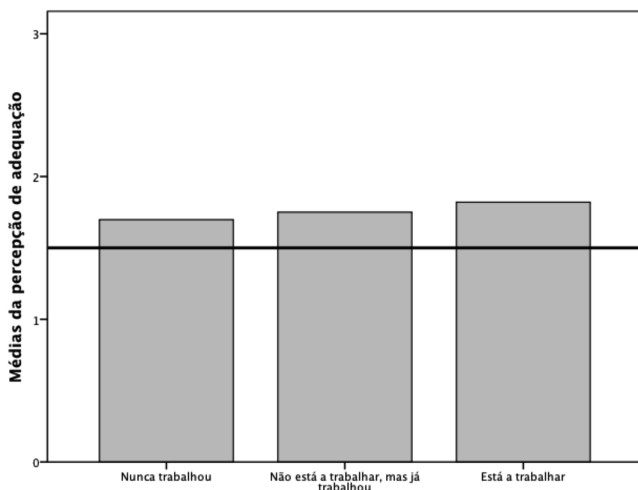
Apresentamos aos inquiridos um conjunto de questões de forma a perceber a percepção que eles têm sobre o papel desempenhado pela formação que tiveram para o trabalho que desenvolvem. Apresentamos de seguida os principais resultados que obtivemos.

5.2.1. *Adequação da formação escolar dos jovens*

O Gráfico 19 apresenta as médias da percepção dos inquiridos em relação a adequação da formação escolar que receberam para as funções exigidas pelo mercado de trabalho. Como podemos verificar, a visão que os inquiridos têm da formação obtida é positiva, na medida em que se situa acima do ponto médio da escala de resposta. Também é de notar que esta visão positiva se verifica em todas as categorias da situação dos inquiridos perante o trabalho, indicando que, independentemente de *estar a trabalhar, já ter trabalhado* ou *nunca ter trabalhado*, a percepção em relação à formação escolar é igualmente positiva ($F(2, 186) = 0,373, ns$).

Não se verificaram diferenças entre os diferentes grupos etários ($F(3, 186) = 1,936, ns$) e os indivíduos com diferentes níveis de escolaridade ($F(2, 186) = 1,622, ns$) relativamente à percepção da adequabilidade da formação ao mercado de trabalho.

Gráfico 19. Médias da percepção de adequação da formação escolar em função da situação perante o trabalho



Fonte: Elaboração própria a partir Inquérito sobre a inserção profissional dos jovens de Braga.

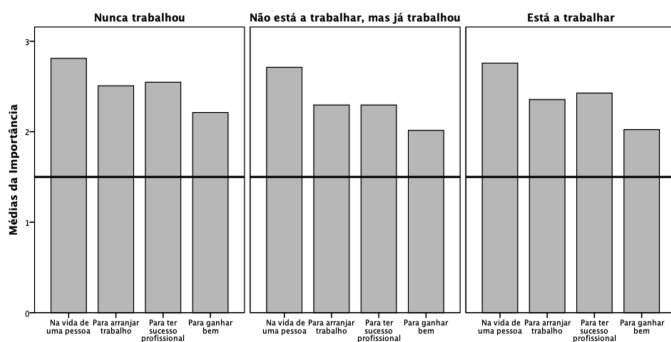
5.2.2. Importância da formação escolar

O Gráfico 20 mostra as médias da percepção dos inquiridos relativamente à importância da formação escolar “para a vida”, “para arranjar trabalho”, “para ter sucesso profissional” e “para ganhar bem”. Como se pode verificar, os inquiridos exprimiram uma visão muito positiva da formação escolar em relação a todos os quatro aspetos em questão. Esta visão é a mesma em cada uma das categorias da situação dos inquiridos face ao trabalho. O Gráfico 21 mostra-nos também que, independentemente do nível de estudos, os indiví-

duos reconhecem em todos os casos a importância da formação escolar que obtiveram.

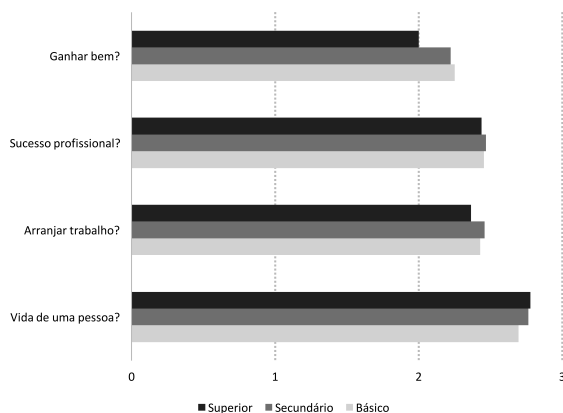
Um aspeto relevante é o facto de os inquiridos estabelecerem uma hierarquia dos aspetos do trabalho para os quais a formação é percebida como mais importante. Em cada situação perante o trabalho, a educação é percebida como mais importante na formação para a vida, ao passo que é percebida como menos importante para se ganhar bem.

Gráfico 20. Médias da percepção da importância da formação escolar em função da situação perante o trabalho



Fonte: Elaboração própria a partir Inquérito sobre a inserção profissional dos jovens de Braga.

Gráfico 21. **Médias da percepção de Importância da formação escolar, segundo o nível de escolaridade**



Fonte: Elaboração própria a partir Inquérito sobre a inserção profissional dos jovens de Braga.

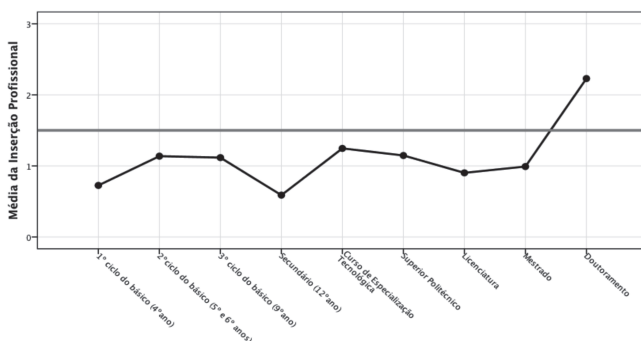
5.2.3. *Impacto da escolarização na inserção profissional objetiva*

Para avaliarmos de maneira mais objetiva o papel da escolarização na vida profissional dos jovens, calculamos um indicador agregado de inserção profissional. Este indicador integra a *situação perante a profissão*, o *tipo de contrato* (sem contrato, contrato a tempo parcial, contrato a tempo inteiro), os *rendimentos auferidos do trabalho* e a *quantidade de tempo de emprego* (i.e., uma aproximação do que se pode definir como estabilidade no trabalho). Estas variáveis foram re-escaladas, variando entre 0 (nenhuma inserção) e 3 (maior inserção), de modo a que o indicador

de inserção profissional avaliasse o mais exaustivamente possível a integração dos jovens no mercado de trabalho.

O Gráfico 22 apresenta este indicador em função da escolarização formal dos inquiridos. A análise dos perfis obtidos é bastante ilustrativa do impacto desta escolarização na inserção profissional dos jovens. Como se pode verificar, os níveis de inserção objetiva são relativamente baixos em todos os níveis de escolaridade, com uma exceção clara: os jovens com o grau de doutoramento são os únicos a apresentar inserção profissional acima do ponto de referência, nível esse que representa o limite entre uma inserção baixa e adequada.

Gráfico 22. **Médias da percepção da inserção profissional em função da situação perante o trabalho**



Fonte: Elaboração própria a partir Inquérito sobre a inserção profissional dos jovens de Braga.

5.2.4. *Impacto da situação sociodemográfica na inserção profissional objetiva*

Partindo do mesmo indicador de inserção profissional, que varia entre 0 (nenhuma inserção) e 3 (maior inserção), e analisando-o segundo o sexo, idade, estado civil, número de filhos e local onde vivem os jovens, verifica-se que os níveis de inserção profissional objetiva são relativamente baixos em quase todos os indicadores, verificando-se que são os homens, (média de 0,97), os divorciados (2), os jovens com 2 filhos com mais de 10 anos (2,50), os mais velhos, com idades entre os 31-35 anos (1,69) e os que vivem numa vila ou cidade pequena (média de 0,97) os que apresentam o mais alto nível de inserção profissional, sendo que, entre os diferentes elementos em análise, são poucos os jovens que se apresentam acima do ponto médio de referência, como é o caso dos jovens casados e divorciados, os jovens com 1 ou 2 filhos com menos de 5 anos ou com mais de 10 anos e os jovens mais velhos (Cf.: Q.7.).

Estes dados permitem a leitura de que há um nível relativamente baixo de inserção profissional objetiva, uma vez que, na maioria dos indicadores a média encontra-se abaixo do ponto médio da escala, ou seja, pode-se verificar que os jovens inquiridos referem ter um trabalho instável, quer no que toca à sua situação perante a profissão, ao tipo de contrato, aos rendimentos auferidos e ao tempo que estão no emprego.

Os dados anteriormente apresentados revelam que os jovens estão especialmente satisfeitos com a “formação para a vida”. Se se entende que por detrás do conceito “vida” está a ideia da integração social vinculada ao mundo laboral, então, poder-se-ia considerar que a juventude de Braga valoriza os estudos desde este ponto de vista. Tudo isto é coerente com uma realidade social que, tal como se referiu na primeira parte deste trabalho, os estudos formais são um requisito imprescindível para a inserção profissional, ainda que já não suficiente. Pelo menos, assim reflete um recente inquérito sobre a juventude portuguesa, em que a maioria dos jovens inquiridos valorizava a sua formação em relação às potenciais oportunidades de inserção profissional (Jurado e Echaves, 2016: 105 e ss). No entanto, a formação ligada ao sucesso profissional ou aos rendimentos económicos é menos valorizada, tal como se revela no presente inquérito sobre a juventude de Braga. Com efeito, tal como se verifica nos dados anteriormente apresentados, os estudos já não são os únicos a concorrer para uma inserção profissional adequada, mas sem eles a integração no mercado laboral é muito mais difícil.

Quadro 7. **Médias da Inserção profissional objetiva, segundo o sexo, estado civil e nº de filhos**

		Médias
Sexo	Homens	0,97
	Mulheres	0,80
	η	ns
Estado Civil	Solteiro	0,73
	Casado	1,93
	Separado mas ainda casado	0
	Divorciado	2
	η	0,30
Número de filhos	Nenhum	0,78
	1 filho dos 0-5 anos	2,25
	2 filhos dos 0-5 anos	1,75
	1 filho dos 6-10 anos	1,25
	1 filhos com + de 10 anos	1,50
	2 filhos com + de 10 anos	2,50
	η	0,25
Escalões etários	<20	0,19
	21-25	0,70
	26-30	1,29
	31-35	1,69
	η	0,40
Local onde vive	Cidade	0,86
	Subúrbios de uma cidade	0,72
	Vila ou pequena cidade	0,97
	Aldeia	0,81
	Casa isolada no campo	0,69
	η	0,06

Fonte: Elaboração própria a partir Inquérito sobre a inserção profissional dos jovens de Braga.

6. Notas conclusivas sobre a inserção profissional dos jovens de Braga

Os resultados que obtivemos permitem avançar com algumas conclusões que apresentamos de seguida, contextualizados no quadro mais geral das mudanças nas relações de trabalho, notadamente aquelas decorrentes das sucessivas crises económico-financeiras usadas pelos agentes sociais para legitimar as transformações exigidas dos trabalhadores. A síntese dos resultados que obtivemos e a interpretação de lhes damos pode ser assim especificada:

a) Os níveis de empregabilidade dos jovens são relativamente baixos. Consideramos este nível baixo porque menos da metade dos jovens inquiridos estavam a trabalhar no momento em que participaram neste inquérito. Para além disso, 20% deles referiram ter desempenhado algum trabalho no passado, mas, no momento em que responderam ao inquérito, estavam, na realidade, sem trabalho. Este resultado pode meramente indicar que a maioria dos jovens ainda estava no percurso de sua formação, sendo a empregabilidade uma questão ainda menos presente nas suas preocupações momentâneas. Porém, é provável também que esteja a refletir a tendên-

cia já verificada nos países sob intervenção externa para fazer frente à crise, cujas medidas de austeridade resultaram na escalada do desemprego, especialmente entre os jovens apesar de suas elevadas qualificações (Bell & Blanchflower, 2011). Seja como for, os resultados aqui obtidos são consistentes com o que se verificou noutros contextos (Guichard & Rusticelli, 2010; Higgins, 2017), o que aponta para a pertinência dos dados que obtivemos e os situa no quadro mais geral do fenómeno do desemprego jovem.

b) Dos jovens que estavam a trabalhar, a larga maioria afirmou exercer uma atividade a tempo inteiro por conta de outrem, o que configura uma inserção profissional concreta no mercado de trabalho, ainda que esta inserção possa ser classificada como frágil. Este resultado também aponta para a interpretação sobre as consequências da crise presente no contexto português no momento em que o estudo foi realizado. Uma dessas consequências, ao lado do aumento do desemprego, foi a precarização da qualidade do exercício nas atividades laborais. Especificamente, os trabalhadores passaram a ser submetidos a condições de acentuada fragilização nas condições de empregabilidade e trabalho, como são exemplo a baixa remuneração, instabilidade e o turnover, típicos da vulnerabilidade das condições laborais.

c) De fato, os resultados que observamos indicam um certo grau de precariedade nas condições em que o tra-

balho é executado. Esta precariedade é verificada, sobretudo, pelo facto de os indivíduos que trabalham por conta de outrem, que é a percentagem mais expressiva de indivíduos, estar a exercer uma atividade remunerada longe de um contrato de trabalho de duração ilimitada, ou seja, tal como já se referiu, nem 50% dos indivíduos que trabalham por conta de outrem são detentores de um vínculo contratual de duração permanente. Este perfil dos jovens trabalhadores da região de Braga vai ao encontro da tendência já verificada em contexto europeu desde o início da crise (Oliveira & Carvalho, 2008).

d) A maioria dos inquiridos estava a trabalhar numa empresa do setor privado. O padrão do tempo de empregabilidade é variável, pois uma quantidade significativa de jovens estava a trabalhar a menos de seis meses. Verifica-se também percentagens relativamente baixas de jovens a trabalhar a mais do que seis meses, apesar de constatarmos que 18% deles estava no mesmo local de trabalho há mais de cinco anos. Estes resultados são também compreensíveis à luz das consequências da precarização das relações de trabalho e a situação de vulnerabilidade dos jovens (Scarpetta, Sonnet & Manfredi, 2010), mas também o seu impacto deve ser mitigado pelo facto de os jovens ainda estarem em período de escolarização formal, pelo que situações de trabalho a tempo inteiro e de período prolongado será evidentemente menos frequente. De fato, esta dimensão da vulnerabilidade apresentou-se inversamente relacionada com a

idade dos inquiridos e com o grau de formação obtido (maior idade e maior escolarização implicava maior inserção social concreta);

e) Pode-se dizer que os rendimentos obtidos pelos jovens do seu trabalho são baixos. Isto ocorre na medida em que o número mais representativo desses jovens recebe menos do que 700 euros e somente uma minoria pouco expressiva auferia mais do que 1500 euros. Este baixo rendimento também reflete dois aspetos fundamentais: é indicador de precarização e vulnerabilidade dos jovens no contexto do trabalho; mas também reflete características particulares da população estudada, na qual muitos necessitavam conciliar o processo de formação em curso com o exercício de atividades laborais a tempo parcial, resultando rendimentos aquém do desejável;

f) Os baixos rendimentos observados também se refletem nos níveis de satisfação dos jovens. O padrão dos resultados obtidos é revelador de um perfil de pessoas satisfeitas com a sua atividade profissional, mas claramente insatisfeitas com os rendimentos auferidos. Este padrão parece revelar a presença de uma solução de compromisso psicológico adotada pelos inquiridos para solucionar a dissonância entre abraçar uma carreira profissional pouco satisfatória do ponto de vista dos rendimentos auferidos e ter vivido intensamente as expectativas de sucesso nessa carreira à luz dos investimentos pessoais aí depositados. A solução parece ter sido de-

envolver um sentimento de satisfação psicológica com a profissão despeito da insatisfação objetiva decorrente da vulnerabilidade e dos baixos rendimentos;

g) Esta interpretação é reforçada pela motivação dos jovens para a mudança de trabalho. De facto, eles expressaram um desejo claro para mudar de trabalho, mas esta mudança estará circunscrita às atividades profissionais que realiza, já que exprimiram uma baixa motivação para mudar de profissão. Esta realidade pode significar que os jovens interpretam que estão a trabalhar para uma entidade que remunera mal o seu empenho, o que os ajuda a alimentar a esperança de que outras entidades poderão valorizar melhor o trabalho por eles exercido. Houve, de facto, um movimento para solucionar a dissonância presente entre o desejo e o teste da realidade;

h) Os jovens avaliam que a formação escolar que obtiveram está bem adequada às exigências do mercado de trabalho. Esta visão positiva da escolarização é independente da situação atual perante o trabalho. Isto significa que tanto os inquiridos que estavam a trabalhar, como aqueles que não estavam empregados, julgaram como sendo igualmente adequada a formação que obtiveram para as funções que o mercado de trabalho exige atualmente. Esta imagem positiva da formação escolar parece ser generalizada a todos os aspetos da vida pessoal e profissional dos jovens. É neste sentido que se pode inferir que a escolarização parece ser um valor central na ju-

ventude. De facto, mesmo os inquiridos que nunca trabalharam estimaram de maneira assinalavelmente positiva o impacto da educação nos vários aspetos da vida social e profissional. A análise que aqui se apresenta evidencia de forma clara que os jovens, independentemente da situação em que se encontravam perante o trabalho, hierarquizaram de igual modo o impacto da educação nas suas vidas, ou seja, independentemente de se tratar de um jovem que nunca trabalhou, que não está a trabalhar mas que já trabalhou ou que, no momento, está a trabalhar, a educação foi percebida, em qualquer um destes três casos, como mais importante na formação para a vida e menos importante para se ganhar bem no trabalho;

Finalmente, é de salientar que uma visão excessivamente positiva do impacto da escolarização na empregabilidade não deixa de estar revestida por um certo grau de otimismo lírico na medida em que a análise do indicador objetivo de inserção profissional revela que em todos os níveis de escolaridade, à exceção dos jovens com grau de doutoramento, as médias de inserção profissional objetiva são, independentemente do grau de escolaridade obtido, muito baixas. Naturalmente, há sempre o espaço para a interpretação de que a escolarização passa a ser efetivamente importante para uma inserção profissional ampla e efetiva quando o jovem alcançar o doutoramento. No entanto, é importante mencionar que menos de 1% dos jovens da área em que decorreu a investigação tinha obtido este grau na época em que se aplicou o inquérito

e, talvez por isso, seja esta baixa percentagem a explicação da sua alta inserção profissional. De facto, dados recentes sobre os níveis de desemprego no país, e particularmente em Braga, são claros ao revelar que os jovens mais qualificados estão também a encontrar dificuldades de integração socioprofissional, razão pela qual muitos destes jovens se veem obrigados a procurar emprego noutros países.

7. Referências bibliográficas

- Alaluf, M. & Stroobants, M. (1994). ¿Moviliza la competencia al obrero? *Revista Europea de Formación Profesional*, 1, 46-55, 46-55.
- Almeida, A. N. et al. (1998). Relações familiares: mudança e diversidade. In J. Leite Viegas & A. Firmino da Costa (coords.), *Portugal, que Modernidade?* (pp. 45-78). Oeiras: Celta Editora.
- Alonso, L. E. (2001). *Trabajo y Postmodernidad*. Madrid: Fundamentos.
- Alonso, L. E. (2005). *La era del consumo*. Madrid: SXXI.
- Andrade, S. P. C., Tolfo, S. R. & Dellagnelo, E. H. L. (2012). Sentidos do trabalho e racionalidades instrumental e substantiva: interfaces entre a administração e a psicologia. *Revista de Administração Contemporânea*, 16 (2), 200-216.
- Archier, G. & Sérieyx, H. (1984). *L'entreprise du Troisième type*. París: Éditions du Seuil.
- Arendt, H. (1998). *La condición humana*. Barcelona: Paidós.
- Artiaga Leiras, A.-Tovar Martinez, F. J. & Fernández Rodríguez, C. J. (2014). Mercado de Trabajo y protección social en España. In C.J. Fernández Rodríguez & A. Serrano Pascual: *El paradigma de la flexiguridad en las políticas de empleo españolas: un análisis cualitativo* (pp. 81-134). Madrid: CIS.
- Bauman, Z. (2007). *Vida de consumo*. Madrid: FCE.
- Beck, U. (2000). *Un nuevo mundo feliz*. Barcelona: Paidós.
- Beck, U. (2006). *La sociedad del riesgo. Hacia una nueva modernidad*. Barcelona: Paidós.
- Bell, D. (1977). *Las contradicciones culturales del capitalismo*. Madrid: Alianza.
- Bell, D. N. F., & Blanchflower, D. G. (2011). Young people and the Great Recession. *Oxford Review of Economic Policy*, 27(2), 241-267.
- Benedicto, J. (dir.) (2016). *Informe Juventud en España 2016*. Madrid: Instituto de la Juventud.
- Bergua, J. A. (2016). *Creatividad. Números e imaginarios*. Madrid: CIS.
- Bocock, R. (1995). *El consumo*. Madrid: Talasa
- Boltanski, L. & Chiapello, E. (2002) *El nuevo espíritu del capitalismo*. Madrid: Akal.
- Bowen, J. (1985). *Historia de la educación Occidental* (Vol. III). Barcelona: Herder.

- Cabral, M. V. & Pais, J. M. (coords.) (1998). *Jovens Portugueses de Hoje*. Oeiras: Celta.
- Cabral, M. V., Vala, J., Freire, André (Eds.). (2000). *Trabalho e Cidadania*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Capucha, L. (1998). Pobreza, exclusão social e marginalidades. In J. L. Viegas & A. Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?* (pp. 209-242). Oeiras: Celta Editora.
- Castel, Robert (2001) *Las metamorfosis de la cuestión social*. Buenos Aires: Paidós.
- Castells, M. (2000). *La era de la información*. Vol I: *La sociedad red*. Madrid: Alianza Editorial.
- Comas Arnau, D. (coord.). (2003). *Jóvenes y estilos de vida*. Madrid: Injuve
- Comisión de las Comunidades Europeas (2003). *Libro Blanco. Crecimiento competitivo y empleo. Retos y pistas para entrar en el siglo XXI*. Bruxelas: Oficina de publicaciones Oficiales de las Comunidades Europeas.
- Comisión Europea (1999). *L'avenir du travail*. Luxemburgo: Office des publications officielles des communautés européennes.
- Conde, F. (1999). *Los hijos de la desregulación. Jóvenes, usos y abusos en los consumos de drogas*. Madrid: CREFAT.
- Chassard, Y. & Bosco, A. (1998). L'émergence du concept d'employabilité. *Droit Social*, 11, Noviembre, 903-911.
- Duque, E. (2007). *Os Jovens e a Religião na Sociedade Actual. Comportamentos, Crenças, Atitudes e Valores no Distrito de Braga*. Braga: Council of Europe, Secretaria de Estado da Juventude, Instituto Português da Juventude.
- Duque, E. (2013). Work Values in Portuguese Society and in Europe. In A. P. Marques, C. Gonçalves & Luísa V. (coord.) *Trabalho, organizações e profissões: recomposições conceptuais e desafios empíricos* (pp. 81-98). Universidade do Minho: Secção Temática Trabalho, Organizações e Profissões. Associação Portuguesa de Sociologia.
- Duque, E. (2017). Cultura, educação e identidade na sociedade multicultural. *Indagatio Didactica* 9, 2, 219-236.
- Durán Vázquez, J.F. (2006). La construcción social del concepto moderno de trabajo. *Nómadas*, nº13; Enero-Junio 2006/1, pp. 219-236.
- Durán Vázquez, J.F. (2006). Los nuevos discursos del mundo del trabajo. *Cuaderno de Relaciones Laborales*, Vol. 24, nº 2, 2006; pp. 175-199.
- Durán Vázquez, J.F. (2008). Constitución, crisis y reconfiguración del valor moral del trabajo en el postfordismo. *Sociología, problemas e prácticas*, nº 56, 2008, pp. 129-148.
- Durán Vázquez, J.F. (2011). *La metamorfosis de la ética del trabajo. Constitución, crisis y reconfiguración de la ética del trabajo en la modernidad tardía*. Santiago de Compostela. Andavira Editora.
- Durán Vázquez, J.F. & Duque, E. (2017). Culturas y generaciones. Actitudes y valores hacia la educación, el trabajo y el consumo en tres genera-

- ciones de jóvenes españoles. *Aposta revista de ciencias sociales* 72, pp. 129-165.
- Elzo, J. (1999). Reflexiones finales. In J. Elzo (coord.), *Jóvenes españoles 99* (pp. 401-433). Madrid: Fundación SM.
- Elzo, J. (2006). Valores e identidades de los jóvenes. In P. González Blasco, P. (dir.), *Jóvenes españoles 2005* (pp. 3-110). Madrid: SM.
- Esping-Andersen, G. (1993). *Los tres mundos del Estado del Bienestar*. Valencia: Alfons el Magnànim.
- Eurofound (2014). *Social situation of young people in Europe*. Luxemburgo: Publications Office of the European Union.
- Ewen, S. (1983). *Consciente sous influence*. París: Aubier Montagne.
- Featherstone, M. (2000). *Cultura de consumo y postmodernismo*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Feixa, C. (2006). Generación XX. Teorías sobre la juventud en la era contemporánea. *Revista latinoamericana de Ciencias Sociales*. Vol.4, 2, 3-18.
- Feixa, C. (2014). De la generación @ a la generación # La juventud en la era digital. Barcelona: Biblioteca de Infancia y Juventud.
- Fernández Enguita, M. (1990). *La cara oculta de la escuela. Educación y trabajo en el capitalismo*. Madrid: SXXI.
- Ferreira, P. A. (1993). *Valores dos jovens portugueses nos anos 80*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Instituto da Juventude.
- Foucault, M. (1999). *Vigilar y castigar*. Barcelona: Círculo de Lectores.
- Frank, Th. (2011). *La conquista de lo cool. El negocio de la cultura y de la contracultura y el nacimiento del consumismo moderno*. Madrid: Alpha Decay.
- Frank, Th. (2011). *La conquista de lo cool. El negocio de la cultura y de la contracultura y el nacimiento del consumismo moderno*. Madrid: Alpha Decay.
- Freire, J. (2009). *Trabalho e Relações Laborais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Funes, M^a. J. (2008). Cultura, política y sociedad. In Injuve: *Informe Juventud en España 2008*. (Vol. 4). Madrid: Injuve.
- González Anleo Sánchez, J. M. (2006). Relaciones e integración. In P. González Blasco, P. (dir.), *Jóvenes españoles 2005* (pp. 111-184). Madrid: SM.
- González Anleo Sánchez, J. M. (2010). Los valores de los jóvenes y su integración socio-política. In J. González Anleo, Juan & P. González Blasco, P. (coords.), *Jóvenes españoles 2010* (pp. 9-114). Madrid: Fundación S.M.
- González Anleo Sánchez, J.M. (2014). *Consumidores consumidos. Juventud y cultura consumista*. Madrid: Khaf.
- González Anleo, J. (1999). Familias y escuela en la socialización de los jóvenes españoles. In J. Elzo (coord.), *Jóvenes españoles 99* (pp. 121-182). Madrid: Fundación SM.
- Gorz, A. (2000). *Miserias del presente, riqueza de lo posible*. Buenos Aires: Paidós.

- Guerreiro, M. D & Abrantes, P. (2003), *Transições incertas. Os jovens perante o trabalho e a família*. Lisboa: CIES.
- Guerreiro, M., et al. (2008). *Os jovens e o mercado de trabalho: caracterização, estrangulamentos à integração efectiva na vida activa e a eficácia das políticas*. Lisboa: CIES-ISCTE.
- Guichard, S. & Rusticelli, E. (2010), "Assessing the Impact of the Financial Crisis on Structural Unemployment in OECD Countries". OECD Economics Department Working Papers, n°. 767. Paris: OECD Publishing.
- Higgins, N. (2017). Youth Unemployment. In Andy Furlong (ed.), *Handbook of Youth and Young Adulthood*. New York: Routledge.
- Inglehart, R. (1990). *Cambio cultural en las sociedades Industriales avanzadas*. Madrid, CIS.
- Join-Lambert, M.Th (coord). (1997). *Politiques sociales*. París: Presses de Sciences Po et Dalloz.
- Jurado Guerrero, T. & Echaves, A. (2016). La situación social de los jóvenes. Trayectorias educativas y relación con el mundo del trabajo. In J. Benedicto (dir.) (2016). *Informe Juventud en España 2016* (pp. 57-188). Madrid: Instituto de la Juventud.
- Lapuente Perernau, J. & Ortiz de Villacian Rebollo, D. (2000). Las políticas laborales. In J. Adelantado (coord). *Cambios en el Estado del Bienestar*. Barcelona: Universitat Autònoma.
- Lasén, A. (2000). *A contratiempo. Un estudio de las temporalidades juveniles*. Madrid: CIS.
- Laval, Ch. (2004). *La escuela no es una empresa. El ataque neoliberal a la enseñanza pública*. París: La Découverte.
- Le Goff, J. P. (1999). *La barbarie douce*. París: La Découverte.
- Le Goff, J. P. (2000). *Les illusions du management*. París: La Découverte.
- Leccardi, C. & Feixa, C. (2011) El concepto de generación en las teorías sobre la juventud. *Última década*, n° 34, Junio, 11-32.
- Lipovetsky, G. (1990). *El imperio de lo efímero. La moda y su destino en las sociedades modernas*. Barcelona: Anagrama.
- Lipovetsky, G. (1994). *El crepúsculo del deber. La ética indolora de los nuevos tiempos democráticos*. Barcelona: Anagrama.
- Lipovetsky, G. (2003). *Metamorfosis de la cultura liberal. Ética, medios de comunicación, empresa*. Barcelona: Anagrama.
- López Ruíz, J. A. (2006). Ocio y tiempo libre. In P. González Blasco, P. (dir.), *Jóvenes españoles 2005* (pp. 345-402). Madrid: SM.
- Luhmann, N. (1996). *Introducción a la teoría de sistemas*. México: An-thropos.
- Luzuriaga, L. (1994). *Historia de la educación y de la pedagogía*. Buenos Aires: Ed. Losada.
- Maffessoli, M. (2004). *El tiempo de las tribus: el ocaso del individualism en las sociedades posmodernas*. Madrid: SXXI.

- Mannheim, K. (1990). *Le problème des générations*. París: Nathan.
- Marshall, T. H. & Bottomore, T. (1998). *Ciudadanía y clase social*. Madrid: Alianza Editorial.
- Martín Criado, E. (1998). *Producir la juventud. Crítica de la sociología de la juventud*. Madrid: Istmo.
- Martín Martín, M. P. & Serrano Pascual, A. (2014). *Reinventando el gobierno del desempleo en un entorno flexiguro*. In C. J. Fernández Rodríguez & A. Serrano Pascual. (coords.). (2014). *El paradigma de la flexiguridad en las políticas de empleo españolas: un análisis cualitativo* (pp. 373-406). Madrid: CIS.
- Marvaud, A. (1975). *La cuestión social en España*. Madrid: Ediciones de la Revista de Trabajo.
- Mead, M. (1971). *Cultura y compromiso. Estudio sobre la ruptura generacional*. Buenos Aires: Granica.
- Mêda, D. (1999). *O trabalho: um valor em vias de extinção*. Lisboa: Fim de Século Edições.
- Miguélez, F. (2003). ¿Por qué empeora el empleo? In R. Díaz Salazar (coord). *Trabajadores precarios: El proletariado del SXXI*. Madrid.
- Miguélez, F. & Prieto, C. (1999). (coords.). *Las relaciones de empleo en España*. Madrid: SXXI.
- Monteiro, B. (2017). Nostalgia and the social perception of the past: The ethnographic revisit of an industrial community (1980 and 2010). *Time & Society*, Vol. 26 (2), 165–181.
- Morduchowicz, R. (2004). *El capital cultural de los jóvenes*. Buenos Aires: FCE
- Moss Kanter, R. (1999). *Las nuevas fronteras del management*. Barcelona: Paidós.
- Moya, C. (1983). Informe sobre la juventud contemporánea. *De Juventud*, 9, 17-51.
- Moya, C. (1984). *Señas de Leviatán. Estado nacional y sociedad industrial: España 1936-1980*. Madrid: Alianza Editorial.
- Muñoz Carrión, A. (2010). El tiempo subjetivo de los jóvenes: hacia un régimen de la inmediatez. In J. C. Mingote & Requena, M. (eds.), *El malestar de los jóvenes: contextos, raíces y experiencias* (pp. 67-98). Madrid: Ediciones Díaz de Santos.
- Nilsen, A. (1998). "Jovens para sempre? Uma perspectiva da individualização centrada nos trajectos de vida", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 27, 59-78.
- OCDE (1991) *Políticas de mercado de trabajo en los noventa*. Madrid: Ministerio de Trabajo e SS.
- OCDE (1992). *Écoles et entreprises: Un nouveau partenariat*. París: OCDE.
- OCDE (1997). *Estudio sobre el empleo* (Parte I-II). Madrid: Ministerio de Trabajo e Asuntos Sociales.
- Oliveira, L. & Carvalho, H. (2008). A Precarização do Emprego na Europa. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, 51, 541-567.

- Ortega, F. (ed.) (1993). *Sociología de la educación*. Barcelona: Barcanova.
- Pais, J. M. (1996). Levantamento bibliográfico de pesquisas sobre a juventude portuguesa - tradições e mudanças (1985-1995). *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, 21, 197-221.
- Pais, J. M. (2003). *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Pais, J. M. (2005). *Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro*. Porto: Âmbar.
- Pais, J. M. (2009). A Juventude como fase de vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse. *Saúde e Sociedade volume* 18, (3), 371-381.
- Pappámikail, L. (2005). Sentidos de la edad adulta: juventud y cambio social en el Portugal contemporáneo. *Revista De Estudios De Juventud*, 71, 43-55.
- Pappámikail, L. (2011). Juventud entre a fase da vida e tempo de viver. In A. Nunes de Almeida (coord.), *Historia da vida privada* (pp. 208-241). Vol 4, Lisboa: Temas & Debates.
- Piore, Michael J. & Sabel, Ch. F. (1990). *La segunda ruptura industrial*. Madrid: Alianza Editorial.
- Pollard, S. (1987). *La génesis de la dirección de empresa moderna. Estudio sobre la Revolución Industrial en Gran Bretaña*. Madrid: Ministerio de Trabajo e SS.
- Prats, J. & Reventós, F. (dirs.) (2005). *Los sistemas educativos europeos ¿Crisis o transformación?* Barcelona: Fundación La Caixa.
- Ramos, M. & Benedicto, J. (2016). El bienestar subjetivo de los jóvenes. In J. Benedicto (dir.). *Informe Juventud en España 2016* (pp. 275-326). Madrid: Instituto de la Juventud.
- Rodríguez, J. (1988). "Crisis" del Estado del Bienestar y política educativa. *Arbor*, 514, 99-120.
- Roszak, T. (2005). *El nacimiento de una contracultura*. Barcelona: Kairós.
- Savage, J. (2007). *Teenage: The Creation of Routh Culture*. London: Randon House.
- Scarpetta, S., Sonnet, A. & Manfredi, T. (2010), "Rising Youth Unemployment During The Crisis: How to Prevent Negative Long-term Consequences on a Generation?". OECD Social, Employment and Migration Working Papers, nº. 106. Paris: OECD Publishing.
- Serrano Pascual, A. (2000). El concepto de empleabilidad en la estrategia europea de lucha contra el desempleo: una perspectiva crítica. In *Revista del Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales*, 21, 137-150.
- Simmel, G. (1988). *Sobre la aventura*. Barcelona: Península.
- Simmel, G. (2001). *El individuo y la libertad*. Barcelona: Península.
- Singly, F. (2007). *Sociologie de la famille contemporaine*. París: Armand Colin.
- Singly, F. (2016). *El yo la pareja y la familia*. Madrid: CIS.

- Smithson, Janet, *et al.* (1998). Percepção dos jovens sobre a insegurança no emprego e suas implicações no trabalho e na vida familiar. *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, 27, 97-119.
- Topalov, Ch. (1994). *Naissance du chômeur. 1880-1910*. Paris: Albin Michel
- Urraco Solanilla, M. (2007). La sociología de la juventud revisitada. De discursos, estudios, e "historias" sobre los "jóvenes". *Intersticios: Revista Sociológica de Pensamiento Crítico*. Vol. 1 (2), 105-126.
- Varela, J. (1991). *Arqueología de la escuela*. Madrid: La Piqueta.
- Veblen, T. (2004). Teoría de la clase ociosa. Madrid: Alianza Editorial.
- Veira Veira, J. L. & Muñoz Goy, C. (2004). Valores y actitudes del trabajo en Europa Occidental. *RES*, 4, 51-66.
- Willis, P. (1988). *Aprendiendo a trabajar*. Madrid: Akal.
- Willis, P. (1990). *Common Cultures. Symbolic work at play in the everyday cultures of the Young*. Boulder, Westview Press.
- Wyn, J. & Woodman, D. (2006). Generation, youth and social change in Australia. *Journal of Youth Studies*, 9 (5), 495-514.
- Zárraga, J.L. (2015). A los 30 años del Informe de Juventud de 1985. Investigación empírica y cuestiones teóricas. *Revista de Juventud*, nº 110, 13-33.

ANEXO

O Observatório da Juventude de Braga (CEJ 2012) está a realizar um estudo sobre os jovens e o trabalho. É para este estudo que pedimos a sua colaboração, respondendo às seguintes questões. Agradecemos desde já a sua disponibilidade.

Q0 - Antes de mais diga-me por favor qual das seguintes situações se aplica ao seu caso

Está a trabalhar	3	
Não está a trabalhar, mas já trabalhou	2	
Nunca trabalhou	1	Responda por favor a SECÇÃO B

SECÇÃO A

Esta secção refere-se ao seu trabalho atual. Caso não esteja a trabalhar, mas já trabalhou, responda em relação ao seu último trabalho

Q1 - Qual das seguintes situações descreve melhor o seu regime de trabalho:

Trabalho a tempo inteiro	1
Trabalho a tempo parcial	2

Q2 - Antes de estar a trabalhar, durante quanto tempo esteve desempregado?

_____Anos

_____Meses

Q3 - Há quanto tempo está (esteve) neste trabalho?

_____Anos

_____Meses

Q4 - No seu trabalho é (era):

Trabalhador por conta de outrem	0	Continua
Trabalhador por conta própria	1	Passa para Q6
Trabalhador no negócio ou empresa da família	2	Passa para Q6

Q5 - O seu contrato de trabalho é (era):

Contrato de duração ilimitada (Permanente)	2
Contrato de duração limitada (Temporário)	1
Não tem contrato	0

Q6 - Em que medida acha que as tarefas que desenvolve (desenvolvia) estão adequadas à formação escolar que obteve:

Nada adequadas	Pouco Adequadas	Adequadas	Muito Adequadas
0	1	2	3

Q7 - A organização/empresa para que trabalha (trabalhava) pertence a qual dos seguintes tipos?

Governo central ou local	1
Outro sector de administração pública (como a educação ou a saúde)	2
Uma empresa do Estado	3
Empresa do sector privado	4
Outra	5

Q8 - Qual das seguintes letras representa melhor o rendimento que recebe (recebia) pelo seu trabalho?

Não tem rendimento	A
Até 300 Euros	B
Entre 300 e 400 Euros	C
Entre 400 e 500 Euros	D
Entre 500 e 600 Euros	E
Entre 600 e 700 Euros	F
Entre 700 e 800 Euros	G
Entre 800 e 900 Euros	H
Entre 900 e 1000 Euros	I
Entre 1000 e 1500 Euros	J
Mais de 1500 Euros	K

Q9 - Em que medida está (estava) satisfeito(a) com o rendimento que obtém (obtinha) do seu trabalho

Nada Satisfeito	Pouco Satisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito
0	1	2	3

Q10 - Considerando todos os aspetos, em que medida se sente (se sentia) satisfeito com o seu trabalho?

Nada Satisfeito	Pouco Satisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito
0	1	2	3

Q11- Em que medida sente (sentia) vontade de mudar de trabalho

Não sente vontade de mudar	Sente pouca vontade de mudar	Sente alguma vontade de mudar	Sente muita vontade de mudar
0	1	2	3

Q12 – Com que frequência pensa em mudar de atividade profissional? (passar a fazer uma coisa totalmente diferente da que faz atualmente)

Nunca	Algumas vezes	Muitas vezes	Sempre
0	1	2	3

SECÇÃO B

Q13 - Está atualmente à procura de emprego

Não	0
Sim	1

Q14 - Em que medida está disponível para mudar de residência por razões profissionais?

Nada disponível	Pouco disponível	Disponível	Muito disponível
0	1	2	3

Q15 - Em que medida está disponível para ir viver noutra país por razões profissionais?

Nada disponível	Pouco disponível	Disponível	Muito disponível
0	1	2	3

Q16 - Durante quanto tempo ficou sem emprego depois de ter concluído o seu nível de educação mais elevado?

_____Anos

_____Meses

Q17 - Durante quanto tempo esteve sem emprego no último ano? _____Meses

Q18 - Quantos anos completos de escolaridade terminou? _____Anos

Q19 - Qual o grau de escolaridade mais elevado que completou?

Nenhum	0	Passar para Q21
1º ciclo do básico (4º ano)	1	Passar para Q21
2º ciclo do básico (5º e 6º anos)	2	Passar para Q21
3º ciclo do básico (9º ano)	3	Passar para Q21
Secundário (12º ano)	4	Continua
Curso de Especialização Tecnológica	5	Continua
Superior politécnico	6	Continua
Licenciatura	7	Continua
Mestrado	8	Continua
Doutoramento	9	Continua

Q20 - Em qual das seguintes áreas atingiu o seu nível de educação mais elevado?

Arte – Belas artes ou aplicada	1
Humanidades – Línguas e literaturas clássicas, história, teologia, filosofia, etc.	2
Técnicos de engenharia, incluindo arquitetura e planeamento, indústria, profissões técnicas e da construção civil	3
Agricultura e florestas	4
Professores e ensino	5
Ciências naturais, matemáticas, informática, etc.	6
Medicina, saúde, enfermagem, etc.	7
Economia, comércio, gestão de empresas, contabilidade, etc.	8
Ciências sociais e comportamentais (sociologia e psicologia), administração pública, comunicação social, cultura, ciências do desporto e de lazer, etc.	9
Direito	10
Serviços e cuidados pessoais – Catering, gestão doméstica, cabeleireiro, etc.	11
Serviços de segurança – polícia, forças armadas, bombeiros, etc.	12
Transportes e telecomunicações	14

Q21 - Frequentou algum curso de formação profissional?

Sim	1	Continua
Não	0	Passa para Q26

Q22 - Quantos cursos de formação profissional frequentou? _____

Q23 - Quantos estágios remunerados realizou durante todo o seu período de formação? _____

Q24 - E quantos estágios não remunerados realizou durante todo o seu período de formação? _____

Q25 - Em que medida acha que a formação escolar que recebeu é adequada para as funções que o mercado de trabalho está a exigir atualmente?

Nada adequada	Pouco adequada	Adequada	Muito adequada
0	1	2	3

Q26 - Em que medida acha que a formação escolar é importante na vida de uma pessoa?

Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante
0	1	2	3

Em que medida acha que a formação escolar é importante:

	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante
Q27...para arranjar trabalho	0	1	2	3
Q28...para ter sucesso profissional	0	1	2	3
Q29...para ganhar bem	0	1	2	3

Q30 - Durante a sua vida trabalhou sem receber mesmo que durante pouco tempo? (incluir trabalho de voluntariado)

Não	0
Sim	1

Q31 - Durante quanto tempo fez esse tipo de trabalho?

_____ Anos
 _____ Meses
 _____ Dias

Agora vou fazer-lhe algumas perguntas de caracterização pessoal

Q32 - Sexo

Masculino	0
Feminino	1

Q33 - Ano em que nasceu: _____

Q34 - Estado civil:

Solteiro	0
Casado	1
Separado mas ainda casado	2
Divorciado	3
Viúvo	4

Q35 - Local de residência: _____

Q36 - Qual a frase que melhor descreve o sítio onde vive?

Uma grande cidade	1
Os subúrbios ou arredores de uma grande cidade	2
Uma vila ou uma pequena cidade	3
Uma aldeia	4
Uma casa ou uma quinta isolada no campo	5

Q37 - Como descreveria a sua profissão atual?

Q38 - Qual o grau de escolaridade mais elevado que o seu pai completou

Nenhum	0
1º ciclo do básico (4º ano)	1
2º ciclo do básico (5º e 6º anos)	2
3º ciclo do básico (9º ano)	3
Secundário (12º ano)	4
Curso de Especialização Tecnológica	5
Superior politécnico	6
Licenciatura	7
Mestrado	8
Doutoramento	9
(Não sabe)	77

Q39 - Qual o grau de escolaridade mais elevado que a sua mãe completou

Nenhum	0
1º ciclo do básico (4º ano)	1
2º ciclo do básico (5º e 6º anos)	2
3º ciclo do básico (9º ano)	3
Secundário (12º ano)	4
Curso de Especialização Tecnológica	5
Superior politécnico	6
Licenciatura	7
Mestrado	8
Doutoramento	9
(Não sabe)	77

Q40 - Se somar o rendimento de todas as fontes, qual é a letra que melhor descreve o rendimento líquido (depois de deduzidos todos os impostos), mensal do seu agregado familiar? Se não souber o número exato, por favor, dê um valor aproximado.

Até 300 Euros	B
Entre 300 e 400 Euros	C
Entre 400 e 500 Euros	D
Entre 500 e 600 Euros	E
Entre 600 e 700 Euros	F
Entre 700 e 800 Euros	G
Entre 800 e 900 Euros	H

Entre 900 e 1000 Euros	I
Entre 1000 e 1500 Euros	J
Mais de 1500 Euros	K

Q41 - Tem carta de condução

Não	0
Sim	1

Q42 - Tem filhos?

Não	0	Termina
Sim	1	Continua

Q43 - Quantos filhos tem com as seguintes idades?

0 – 5 anos	
6 – 10 anos	
+ de 10 anos	

MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO

Um levantamento rigoroso de dados **socioculturais, socioeconómicos com base demográfica e com indicadores educativos e de empregabilidade** apresenta-se como uma necessidade real para definição de políticas de desenvolvimento juvenil



Universidade de Vigo

